Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 2

Balanço Patrimonial Passivo 3

Demonstração do Resultado 4

Demonstração do Resultado Abrangente 5

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto) 6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013 7

DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012 8

Demonstração de Valor Adicionado 9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo 10

Balanço Patrimonial Passivo 11

Demonstração do Resultado 12

Demonstração do Resultado Abrangente 13

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto) 14

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013 15

DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012 16

Demonstração de Valor Adicionado 17

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho 18

Notas Explicativas 34

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva 95

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 97

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente 98

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	129.729.000
Preferenciais	0
Total	129.729.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012
1	Ativo Total	2.066.845	1.711.303
1.01	Ativo Circulante	1.733.400	1.366.842
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	44.449	286.877
1.01.03	Contas a Receber	1.246.296	788.407
1.01.03.01	Clientes	1.246.296	788.407
1.01.03.01.01	Contas a Receber	1.246.296	788.407
1.01.07	Despesas Antecipadas	139.883	99.290
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	302.772	192.268
1.01.08.03	Outros	302.772	192.268
1.01.08.03.01	Instrumentos Derivativos	529	0
1.01.08.03.02	Adiantamento a Fornecedores	283.211	181.827
1.01.08.03.03	Outras Contas a Receber	19.032	10.441
1.02	Ativo Não Circulante	333.445	344.461
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	192.577	218.139
1.02.01.06	Tributos Diferidos	171.992	209.079
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	171.992	209.079
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	17.949	6.664
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	17.949	6.664
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	2.636	2.396
1.02.02	Investimentos	0	710
1.02.03	Imobilizado	10.522	12.833
1.02.04	Intangível	130.346	112.779

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012
2	Passivo Total	2.066.845	1.711.303
2.01	Passivo Circulante	1.633.696	1.251.152
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	18.816	21.184
2.01.02	Fornecedores	308.792	270.028
2.01.03	Obrigações Fiscais	18.651	7.893
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	18.651	7.893
2.01.03.01.02	Impostos e contribuições a pagar	18.651	7.893
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	83	121
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	83	121
2.01.05	Outras Obrigações	1.287.354	951.926
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	156.787	54.526
2.01.05.02	Outros	1.130.567	897.400
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	14.750	0
2.01.05.02.04	Contas a pagar terceiros e outras	36.578	102.273
2.01.05.02.05	Instrumentos Derivativos	0	228
2.01.05.02.06	Venda antecipada de pacotes turísticos	1.079.239	794.899
2.02	Passivo Não Circulante	116.868	249.519
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	79
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	79
2.02.02	Outras Obrigações	99.761	238.537
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	99.761	238.537
2.02.04	Provisões	17.107	10.903
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	13.886	10.903
2.02.04.01.05	Provisões para demandas judiciais e administrativas	13.886	10.903
2.02.04.02	Outras Provisões	3.221	0
2.03	Patrimônio Líquido	316.281	210.632
2.03.01	Capital Social Realizado	82.728	56.257
2.03.02	Reservas de Capital	192.045	204.248
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	0	-17.652
2.03.02.07	Reserva de pagamentos baseados em ações	33.217	36.601
2.03.02.08	Reserva de ágio	158.828	185.299
2.03.04	Reservas de Lucros	40.492	0
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	40.492	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	-49.578
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	1.016	-295

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	598.410	582.573
3.03	Resultado Bruto	598.410	582.573
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-330.931	-420.726
3.04.01	Despesas com Vendas	-134.812	-126.742
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-157.329	-194.701
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-23.397	-10.791
3.04.04.01	Depreciação e amortização	-23.397	-10.791
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-11.462	-86.225
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-3.931	-2.267
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	267.479	161.847
3.06	Resultado Financeiro	-90.889	-118.261
3.06.01	Receitas Financeiras	7.972	15.380
3.06.02	Despesas Financeiras	-98.861	-133.641
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	176.590	43.586
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-64.908	-23.474
3.08.01	Corrente	-28.377	-36.920
3.08.02	Diferido	-36.531	13.446
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	111.682	20.112
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	111.682	20.112
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,86	0,15
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,84	0,15

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	111.682	20.112
4.02	Outros Resultados Abrangentes	1.311	-2.649
4.02.01	Ganho (perda) sobre hedge	1.986	-3.744
4.02.02	Efeito de imposto de renda	-675	1.095
4.03	Resultado Abrangente do Período	112.993	17.463

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-97.172	139.955
6.01.01	Lucro Líquido do Exercicio	111.682	20.112
6.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	36.531	-13.446
6.01.03	Depreciação e Amortização	23.397	10.791
6.01.04	Provisão para pagamentos earn-out	5.134	94.537
6.01.05	Provisão para demandas judiciais e administrativas	11.025	9.984
6.01.06	Despesas com pagamentos baseados em ações	14.268	22.874
6.01.07	Despesa com franqueados, não liquidados	1.642	19.734
6.01.08	Juros e variações monetárias	16.433	21.632
6.01.09	Equivalência Patrimonial	3.931	2.267
6.01.10	Outras Provisões	4.176	602
6.01.11	Contas a Receber	-458.314	-33.144
6.01.12	Adiantamentos a fornecedores	-101.384	12.598
6.01.13	Despesas Antecipadas	-40.593	7.948
6.01.14	Outras Contas a Receber	-20.645	-12.155
6.01.15	Fornecedores	38.764	8.315
6.01.16	Contas a Pagar Partes Relacionadas	2.353	3.119
6.01.17	Vendas Antecipadas de Pacotes Turísticos	284.340	-38.675
6.01.18	Salários e Encargos Sociais	-2.368	2.945
6.01.19	Impostos a Recolher	10.758	-15.869
6.01.20	Contas a Pagar terceiros e outras	-38.302	15.786
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-79.600	-58.337
6.02.01	Ativo Imobilizado	-873	-3.850
6.02.02	Ativo Intangível	-78.727	-54.487
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-67.642	-67.033
6.03.01	Pagamento de dívida com acionista	-44.000	-44.000
6.03.02	Juros Pagos	-16.780	-23.033
6.03.05	Despesa com Oferta Pública de Ações	-6.862	0
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	1.986	-3.746
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-242.428	10.839
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	286.877	276.038
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	44.449	286.877

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	56.257	204.248	0	-49.578	-295	210.632
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	56.257	204.248	0	-49.578	-295	210.632
5.04	Transações de Capital com os Sócios	26.471	-12.203	0	-21.612	0	-7.344
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-14.750	0	-14.750
5.04.08	Capitalização da reserva de ágio	26.471	-26.471	0	0	0	0
5.04.09	Outorga de opções restritas	0	82	0	0	0	82
5.04.10	Outorga de opções	0	14.803	0	0	0	14.803
5.04.11	Reversão de opções restritas	0	-617	0	0	0	-617
5.04.12	Despesa de Oferta Pública de Ações	0	0	0	-6.862	0	-6.862
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	111.682	1.311	112.993
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	111.682	0	111.682
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.311	1.311
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	40.492	0	-40.492	0	0
5.06.04	Constituição de Reserva de Capital de Giro	0	11.062	0	-11.062	0	0
5.06.05	Constituição de Reserva de Expansão	0	11.062	0	-11.062	0	0
5.06.06	Constituição de Reserva Legal	0	3.105	0	-3.105	0	0
5.06.07	Retenção de Lucros	0	15.263	0	-15.263	0	0
5.07	Saldos Finais	82.728	232.537	0	0	1.016	316.281

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	29.786	207.845	0	-69.690	2.354	170.295
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	29.786	207.845	0	-69.690	2.354	170.295
5.04	Transações de Capital com os Sócios	26.471	-3.597	0	0	0	22.874
5.04.08	Capitalização da reserva de ágio	26.471	-26.471	0	0	0	0
5.04.09	Outorga de opções restritas	0	494	0	0	0	494
5.04.10	Outorga de opções	0	22.380	0	0	0	22.380
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	20.112	-2.649	17.463
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	20.112	0	20.112
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-2.649	-2.649
5.07	Saldos Finais	56.257	204.248	0	-49.578	-295	210.632

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
7.01	Receitas	635.871	618.907
7.01.02	Outras Receitas	636.296	619.189
7.01.02.01	Receita bruta de vendas	636.296	619.189
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-425	-282
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-156.587	-250.657
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-145.562	-240.673
7.02.04	Outros	-11.025	-9.984
7.02.04.01	Processos judiciais e administrativos	-11.025	-9.984
7.03	Valor Adicionado Bruto	479.284	368.250
7.04	Retenções	-23.397	-10.791
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-23.397	-10.791
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	455.887	357.459
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	4.041	13.113
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-3.931	-2.267
7.06.02	Receitas Financeiras	7.972	15.380
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	459.928	370.572
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	459.928	370.572
7.08.01	Pessoal	85.750	96.264
7.08.01.01	Remuneração Direta	61.004	63.541
7.08.01.02	Benefícios	6.133	5.492
7.08.01.04	Outros	18.613	27.231
7.08.01.04.01	Plano de Ações	14.268	22.875
7.08.01.04.02	Encargos Sociais	4.345	4.356
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	117.744	75.889
7.08.02.01	Federais	104.567	62.985
7.08.02.03	Municipais	13.177	12.904
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	144.752	178.307
7.08.03.03	Outras	144.752	178.307
7.08.03.03.01	Juros	97.286	131.992
7.08.03.03.02	Taxas de Cartão de Crédito	43.065	42.203
7.08.03.03.03	Outras	4.401	4.112
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	30.013	20.112
7.08.04.02	Dividendos	14.750	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	15.263	20.112
7.08.05	Outros	81.669	0
7.08.05.01	Compensação de Prejuízo Acumulado	49.578	0
7.08.05.02	Despesa com Oferta Pública de Ações	6.862	0
7.08.05.03	Constituição de Reserva de Lucro	25.229	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012
1	Ativo Total	2.069.379	1.720.046
1.01	Ativo Circulante	1.740.282	1.373.903
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	44.660	287.000
1.01.03	Contas a Receber	1.249.712	788.407
1.01.03.01	Clientes	1.249.712	788.407
1.01.03.01.02	Contas a receber	1.249.712	788.407
1.01.07	Despesas Antecipadas	142.736	102.384
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	303.174	196.112
1.01.08.03	Outros	303.174	196.112
1.01.08.03.01	Instrumentos Derivativos	529	0
1.01.08.03.02	Adiantamento a fornecedores	283.297	181.839
1.01.08.03.03	Outras contas a receber	19.348	14.273
1.02	Ativo Não Circulante	329.097	346.143
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	185.227	216.647
1.02.01.03	Contas a Receber	2.794	2.402
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	2.794	2.402
1.02.01.06	Tributos Diferidos	176.982	212.135
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	176.982	212.135
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	5.451	2.110
1.02.03	Imobilizado	12.312	15.524
1.02.04	Intangível	131.558	113.972

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012
2	Passivo Total	2.069.379	1.720.046
2.01	Passivo Circulante	1.639.451	1.259.895
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	24.019	26.199
2.01.02	Fornecedores	309.620	270.492
2.01.03	Obrigações Fiscais	19.260	8.037
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	19.260	8.037
2.01.03.01.02	Impostos e contribuições a pagar	19.260	8.037
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	83	138
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	83	138
2.01.05	Outras Obrigações	1.286.469	955.029
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	151.430	54.526
2.01.05.02	Outros	1.135.039	900.503
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	14.750	0
2.01.05.02.04	Venda antecipada de pacotes turísticos	1.082.337	797.202
2.01.05.02.05	Contas a pagar terceiros e outras	37.952	103.073
2.01.05.02.06	Instrumentos Derivativos	0	228
2.02	Passivo Não Circulante	113.647	249.519
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	79
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	79
2.02.02	Outras Obrigações	99.761	238.537
2.02.04	Provisões	13.886	10.903
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	13.886	10.903
2.02.04.01.05	Provisão para demandas judiciais e administrativas	0	10.903
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	316.281	210.632
2.03.01	Capital Social Realizado	82.728	56.257
2.03.02	Reservas de Capital	192.045	204.248
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	0	-17.652
2.03.02.07	Reserva de Pagamentos Baseados em Ações	33.217	36.601
2.03.02.08	Reserva de Ágio	158.828	185.299
2.03.04	Reservas de Lucros	40.492	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	-49.578
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	1.016	-295

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	641.189	623.361
3.03	Resultado Bruto	641.189	623.361
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-375.643	-462.618
3.04.01	Despesas com Vendas	-134.922	-127.038
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-204.762	-237.828
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-24.270	-11.467
3.04.04.01	Depreciação e Amortização	-24.270	-11.467
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-11.689	-86.285
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	265.546	160.743
3.06	Resultado Financeiro	-90.891	-118.315
3.06.01	Receitas Financeiras	8.055	15.496
3.06.02	Despesas Financeiras	-98.946	-133.811
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	174.655	42.428
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-62.973	-22.316
3.08.01	Corrente	-28.377	-36.920
3.08.02	Diferido	-34.596	14.604
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	111.682	20.112
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	111.682	20.112
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	111.682	20.112

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	111.682	20.112
4.02	Outros Resultados Abrangentes	1.311	-2.649
4.02.01	Ganho (perda) sobre hedge	1.986	-3.744
4.02.02	Efeito de imposto de renda	-675	1.095
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	112.993	17.463
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	112.993	17.463

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-96.435	141.574
6.01.01	Lucro Líquido do Exercício	111.682	20.112
6.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	34.596	-14.604
6.01.03	Depreciação e Amortização	24.270	11.467
6.01.04	Provisão para pagamento earn - out	5.134	94.537
6.01.05	Provisão para demandas judiciais e administrativas	11.025	9.984
6.01.06	Despesas com pagamentos baseados em ações	14.268	22.874
6.01.07	Despesas com franqueados, não liquidado	1.642	19.734
6.01.08	Juros e variação monetária	16.433	21.632
6.01.10	Outras provisões	4.832	602
6.01.11	Contas a Receber	-461.730	-33.144
6.01.12	Adiantamento a Fornecedores	-101.458	12.641
6.01.13	Despesas Antecipadas	-40.352	4.858
6.01.14	Outras Contas a Receber	-9.327	-9.481
6.01.15	Fornecedores	39.128	8.536
6.01.16	Contas a pagar - partes relacionadas	-3.004	5.434
6.01.17	Venda antecipada de pacotes turísticos	285.135	-36.372
6.01.18	Salários e Encargos Sociais	-2.180	3.047
6.01.19	Impostos a Recolher	11.223	-16.357
6.01.20	Contas a pagar terceiros e outras	-37.752	16.074
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-80.232	-60.006
6.02.01	Ativo Imobilizado	-1.046	-4.508
6.02.02	Ativo Intangível	-79.186	-55.498
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-67.659	-67.069
6.03.01	Pagamento de dívida com acionistas	-44.000	-44.000
6.03.02	Juros pagos	-16.797	-23.069
6.03.05	Despesa com Oferta Pública de Ações	-6.862	0
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	1.986	-3.746
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-242.340	10.753
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	287.000	276.247
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	44.660	287.000

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	56.257	204.248	0	-49.578	-295	210.632	0	210.632
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	56.257	204.248	0	-49.578	-295	210.632	0	210.632
5.04	Transações de Capital com os Sócios	26.471	-12.203	0	-21.612	0	-7.344	0	-7.344
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-14.750	0	-14.750	0	-14.750
5.04.08	Capitalização da Reserva de Ágio	26.471	-26.471	0	0	0	0	0	0
5.04.09	Outorga de Opções Restritas	0	82	0	0	0	82	0	82
5.04.10	Outorga de Opções	0	14.803	0	0	0	14.803	0	14.803
5.04.11	Reserva de Opções Restritas	0	-617	0	0	0	-617	0	-617
5.04.12	Despesa de Oferta Pública de Ações	0	0	0	-6.862	0	-6.862	0	-6.862
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	111.682	1.311	112.993	0	112.993
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	111.682	0	111.682	0	111.682
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.311	1.311	0	1.311
5.05.02.07	Resultados líquido sobre hedge fluxo de caixa	0	0	0	0	1.311	1.311	0	1.311
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	40.492	0	-40.492	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	3.105	0	-3.105	0	0	0	0
5.06.04	Constituição de Reserva de Capital de Giro	0	11.062	0	-11.062	0	0	0	0
5.06.05	Constituição de Reserva de Expansão	0	11.062	0	-11.062	0	0	0	0
5.06.06	Retenção de lucros	0	15.263	0	-15.263	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	82.728	232.537	0	0	1.016	316.281	0	316.281

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	29.786	207.845	0	-69.690	2.354	170.295	0	170.295
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	29.786	207.845	0	-69.690	2.354	170.295	0	170.295
5.04	Transações de Capital com os Sócios	26.471	-3.597	0	0	0	22.874	0	22.874
5.04.08	Capitalização de reserva de ágio	26.471	-26.471	0	0	0	0	0	0
5.04.09	Outorga de opções restritas	0	494	0	0	0	494	0	494
5.04.10	Outorga de opções	0	22.380	0	0	0	22.380	0	22.380
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	20.112	-2.649	17.463	0	17.463
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	20.112	0	20.112	0	20.112
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-2.649	-2.649	0	-2.649
5.07	Saldos Finais	56.257	204.248	0	-49.578	-295	210.632	0	210.632

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
7.01	Receitas	682.066	663.082
7.01.02	Outras Receitas	682.491	663.364
7.01.02.01	Receita bruta de vendas	682.491	663.364
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-425	-282
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-160.316	-254.762
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-149.291	-244.778
7.02.04	Outros	-11.025	-9.984
7.02.04.01	Processos judiciais e administrativos	-11.025	-9.984
7.03	Valor Adicionado Bruto	521.750	408.320
7.04	Retenções	-24.270	-11.467
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-24.270	-11.467
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	497.480	396.853
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	8.055	15.496
7.06.02	Receitas Financeiras	8.055	15.496
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	505.535	412.349
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	505.535	412.349
7.08.01	Pessoal	116.192	123.355
7.08.01.01	Remuneração Direta	84.766	85.073
7.08.01.02	Benefícios	10.504	9.284
7.08.01.04	Outros	20.922	28.998
7.08.01.04.01	Plano de ações	14.268	22.875
7.08.01.04.02	Encargos Sociais	6.654	6.123
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	125.209	83.607
7.08.02.01	Federais	110.247	68.835
7.08.02.03	Municipais	14.962	14.772
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	152.452	185.275
7.08.03.03	Outras	152.452	185.275
7.08.03.03.01	Juros	97.371	132.163
7.08.03.03.02	Taxa de cartão de crédito	43.065	42.203
7.08.03.03.03	Outras	12.016	10.909
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	30.013	20.112
7.08.04.02	Dividendos	14.750	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	15.263	20.112
7.08.05	Outros	81.669	0
7.08.05.01	Compensação de Prejuízo Acumulado	49.578	0
7.08.05.02	Despesa com Oferta Pública de Ações	6.862	0
7.08.05.03	Constituição de Reserva de Lucro	25.229	0

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Mensagem da Administração

É com satisfação que apresentamos os primeiros resultados da CVC como Companhia Aberta. A oferta pública inicial ocorrida em dezembro de 2013 veio coroar uma trajetória bem sucedida de pioneirismo e empreendedorismo que veio sendo construída ao longo dos últimos 41 anos. Nós fomos uma das primeiras operadoras de turismo a oferecer pacotes de turismos, a utilizar voos fretados, bem como abrir lojas em *shopping centers,* atingindo assim todas as classes sociais, principalmente as demandas da classe média emergente.

Durante o ano de 2013 nós realizamos uma série de iniciativas com o objetivo de incrementar a disponibilidade de produtos e competitividade, assim como a rentabilidade da Companhia. Uma das primeiras medidas da nova administração, a qual iniciou suas atividades em março de 2013, foi retomar a exitosa estratégia de varejo adotada nos 41 anos de história da CVC: foco na demanda dos consumidores e na gestão diária das operações (gestão das vendas por produto e região, disponibilidade de produtos e competitividade de preços).

Dado o nosso relacionamento de longo prazo com nossos fornecedores, tivemos acesso a produtos e condições comerciais diferenciadas, como as concluídas recentemente com a American Airlines, Copa Airlines e com os hoteis Costa do Sauípe, Iberostar, Melia e Grand Paladium, além de fortalecermos anda mais a relação com GOL, TAM e Azul. Outra iniciativa importante foi o aumento da quantidade de produtos disponibilizados com maior antecedência para os nossos passageiros, o que permitiu captura de novos clientes, além de impactar positivamente o capital de giro da Companhia (redução do capital de giro médio de 29 dias em 2012 para 27 dias em 2013).

Dada a nossa longa história no segmento de turismo, ampla oferta de produtos, atendimento e assistência diferenciada, ampla rede de distribuição e significativos investimentos em marketing, a CVC se tornou um nome bastante conhecido pelos consumidores, sendo a marca líder no segmento de viagens de lazer no Brasil. Em 2013 a Companhia recebeu mais de 18 premiações, destacando o de melhor operadora de turismo do Brasil pela revista Viagem e Turismo, “Top of Mind” pela Folha de São Paulo, um dos grupos de mídia de maior reconhecimento no Brasil, e prêmio Alshop Lojista (“Hour Concours”) da Associação Brasileira de Varejo, prêmio este oferecido às Companhias regularmente indicadas pelos consumidores.

Nós também nos beneficiamos do novo contrato assinado com nossos franqueados e master franqueados, os quais determinam claramente os papéis e responsabilidades de cada uma das partes. Estes contratos, cuja duração é de 10 anos, representam um papel crucial no nosso plano de expansão, permitindo a ambas as partes a continuar investindo no negócio no longo prazo. Em 2013 nós abrimos 62 lojas através dos nossos franqueados, as quais estão estrategicamente localizadas em pontos comerciais com grande fluxo de pessoas e alto potencial de vendas. Também aumentamos a produtividades das nossas lojas, através da implantação de uma nova ferramenta *web* (novo *front end*), reduzindo assim o tempo médio para efetuar a venda, melhorando desta forma a experiência do consumidor no ponto de venda.

Em maio de 2013 lançamos a nossa nova plataforma *online*, reforçando assim a importância deste canal na nossa estratégia de longo prazo. Adicionalmente, expandimos nossa estrutura de *call center* para suportar as taxa de crescimento expressivas observadas no canal online (62% no 4T).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Como consequência das iniciativas mencionadas anteriormente, nossas vendas cresceram a taxas bastante elevadas no 2T, 3T e 4T (25%, 18% e 17%, respectivamente), após uma queda de 5% no 1T. Em 2014 seguiremos com nosso plano de abertura de novos pontos de vendas, aumento de produtividade e melhoria contínua da nossa plataforma online. Continuaremos a reforçar cada vez mais o relacionamento com nossos fornecedores a fim de oferecer os melhores produtos para os nossos clientes com preços e condições comerciais acessíveis.

Luiz Eduardo Falco Pires Correa
Diretor Presidente

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Descrição dos negócios e conjuntura econômica geral e de mercado

A CVC, em conjunto com sua subsidiária CVC Serviços Agência de Viagens Ltda. (“CVC Serviços”), têm como atividade principal a prestação de serviços de turismo, compreendendo o desenvolvimento e intermediação de pacotes turísticos, incluindo passagens aéreas, transporte terrestre, hotéis, cruzeiros marítimos, entre outros. Em 31 de dezembro de 2013 a CVC possuía 33 lojas próprias (através da CVC Serviços), 761 agências de viagem operando exclusivamente com a marca CVC, sendo 734 no modelo de franquia e aproximadamente 6.500 agentes de viagens registrados em todo o país.

A Companhia oferece a seus clientes pacotes turísticos nacionais e internacionais, pré-definidos ou customizados por meio da maior rede de distribuição de turismo do Brasil. Atualmente, a CVC atua em três principais linhas de negócio: (i) Doméstico, com pacotes turísticos padronizados ou customizados em voos comerciais regulares e/ou fretados para todas as regiões do Brasil, incluindo passagens aéreas, transporte terrestre e hospedagem, além de serviços de suporte aos nossos clientes em todo o Brasil e de guias turísticos especializados, entre outros; (ii) Internacional, com pacotes turísticos padronizados ou customizados para vários países nos cinco continentes, incluindo passagens aéreas, transporte terrestre e hospedagem, além de serviços de suporte aos nossos clientes no exterior, incluindo guias brasileiros ou fluentes em português, dependendo do pacote comercializado; e (iii) Cruzeiros Marítimos, com pacotes turísticos em cruzeiros realizados no Brasil e no exterior, por meio de parceira com as principais Companhias Marítimas.

O aumento da renda e a consequente mobilidade social, juntamente com a maior disponibilidade de crédito observada nos últimos anos, provocou um aumento do poder aquisitivo brasileiro, em especial o das classes B e C, o que contribuiu para a maior demanda por viagens de lazer.

Mercado de capitais

Em 09 de dezembro de 2013 iniciou-se a negociação das ações ordinárias da CVC na BM&FBOVESPA, sob o código CVCB3. Foram ofertadas inicialmente 33.750.000 ações através de oferta pública secundária, correspondente a 26,02% do capital social da Companhia. Em 10 de janeiro de 2014, encerrou-se a oferta secundária de ações ordinárias emitidas pela Companhia, e, devido ao exercício do *green shoe*, 91.600 ações adicionais foram vendidas, totalizando 33.841.600 ações, representando aproximadamente 26.09% do capital social da Companhia.

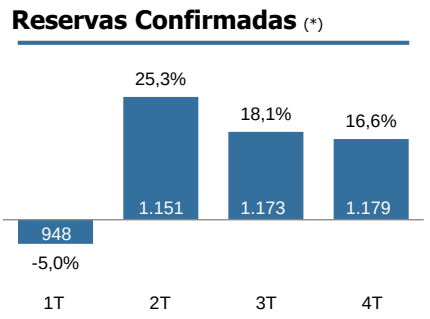
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

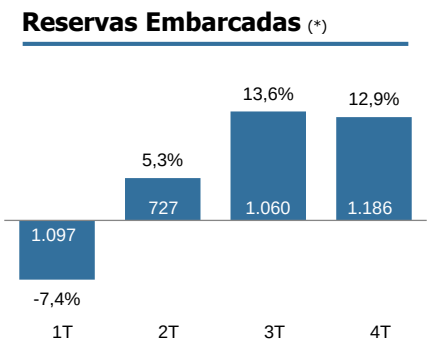
Resultados financeiros e operacionais

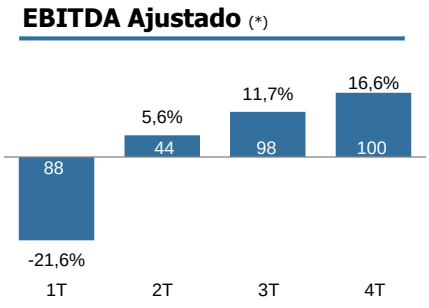
Geral

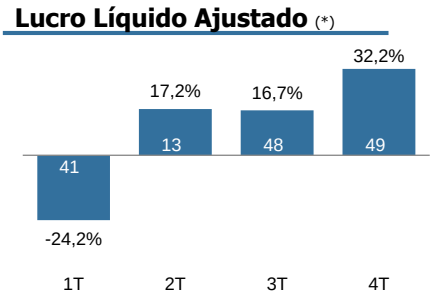
R$ mm *	4T13	4T12	Var.	2013	2012	Var.
Resultado Operacional						
Reservas Confirmadas Total	1.178,7	1.011,2	16,6%	4.450,3	3.920,6	13,5%
Reservas Confirmadas Online	55,4	34,3	61,5%	160,3	130,9	22,5%
Crescimento das vendas das mesmas lojas	12,3%	-0,9%	13,2 p.p.	11,8%	0,2%	11,6 p.p.
Quantidade de lojas exclusivas	794	732	62	794	732	62
Reservas Embarcadas	1.185,9	1.050,4	12,9%	4.070,4	3.858,4	5,5%
Resultado Financeiro						
Receita Líquida de Vendas	183,6	159,8	14,9%	641,2	623,4	2,9%
Margem Líquida [1]	15,5%	15,2%	0,3 p.p.	15,8%	16,2%	-0,4 p.p.
EBITDA	92,6	(35,0)		289,9	172,2	68,3%
Margem EBITDA [2]	50,4%	-21,9%	72,3 p.p.	45,2%	27,6%	17,6 p.p.
EBITDA Ajustado [3]	99,5	85,4	16,5%	329,2	326,7	0,8%
Margem EBITDA Ajustado [2]	54,2%	53,5%	0,7 p.p.	51,3%	52,4%	-1,1 p.p.
Lucro Líquido	39,9	(58,1)		111,7	20,1	455,3%
Margem Lucro Líquido [2]	21,7%	-36,3%	58,0 p.p.	17,4%	3,2%	14,2 p.p.
Lucro Líquido Ajustado [4]	49,1	37,1	32,2%	151,3	143,6	5,4%
Margem Lucro Líquido Ajustado [2]	26,7%	23,2%	3,5 p.p.	23,6%	23,0%	0,6 p.p.
ROIC [5]	40,7%	38,3%	2,4 p.p.	40,7%	38,3%	2,4 p.p.

* Valores em milhões de R$, exceto quando indicado de outra forma.
[1] Margem sobre reservas embarcadas.
[2] Margem sobre receita líquida.
[3] EBITDA Ajustado é calculado por meio do EBITDA, ajustado por itens que entendemos como não recorrentes ou que não afetam a nossa geração de caixa (vide abaixo o item “EBITDA e EBITDA Ajustado”).
[4] Lucro líquido ajustado é calculado por meio do lucro líquido, ajustado por itens que entendemos como não recorrentes ou que não afetam a nossa geração de caixa (vide abaixo o item “Lucro líquido”).
[5] Retorno sobre o Capital Investido.









(*) 2013 vs. 2012

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Reservas confirmadas (vendas)

R$ mm *	4T13	4T12	Var.	2013	2012	Var.
Reservas Confirmadas Total	**1.178,7**	**1.011,2**	**16,6%**	**4.450,3**	**3.920,6**	**13,5%**
Reservas Confirmadas Online	55,4	34,3	61,5%	160,3	130,9	22,5%
Crescimento das vendas das mesmas lojas	12,3%	-0,9%	13,2 p.p.	11,8%	0,2%	11,6 p.p.
Quantidade de lojas exclusivas	794	732	62	794	732	62

* Valores em milhões de R$, exceto quando indicado de outra forma.

As reservas confirmadas aumentaram 16,6% e 13,5%, no 4T13 e no ano de 2013, respectivamente, devido principalmente à abertura de 62 novas lojas, ao crescimento das vendas nas mesmas lojas e às melhorias realizadas no canal *online.* Conforme mencionado anteriormente, aumentamos a produtividades das nossas lojas, através da implantação de uma nova ferramenta *web* (novo *front end*), reduzindo assim o tempo médio para efetuar a venda, melhorando desta forma a experiência do consumidor no ponto de venda. Adicionalmente, estamos monitorando os índices de conversão de orçamentos realizados em vendas concretizadas (por destino e região, por exemplo, vendas de São Paulo para Natal).

Com o lançamento da nossa nova plataforma online em Maio de 2013 reforçamos a importância deste canal na nossa estratégia de longo prazo. Adicionalmente ampliamos nosso *call-center* para suportar as expressivas taxas de crescimento observadas no canal *online* (62% no 4T).

Reservas embarcadas e passageiros embarcados

R$ mm *	4T13	4T12	Var.	2013	2012	Var.
Reservas Embarcadas	1.185,9	1.050,4	12,9%	4.070,4	3.858,4	5,5%
Passageiros Embarcados- mil	880,1	839,6	4,8%	3.136,6	3.112,1	0,8%

* Valores em milhões de R$, exceto quando indicado de outra forma.

As reservas embarcadas atingiram R$ 1.185,9 milhões no 4T13 e R$4.070,4 milhões em 2013, representando crescimento de 12,9 % e 5,5% sobre o 4T12 e 2012, respectivamente. Reservas e passageiros embarcados foram afetados pela diminuição das reservas embarcadas do segmento marítimo no período, ocasionado pela redução da oferta de navios praticada por todas as operadoras marítimas no ano de 2013. Excluindo esse efeito, o 4T13 teria apresentado crescimento de 13,5% em reservas embarcadas e 5,6% em passageiros embarcados em relação a 2012.

Devido à diferença temporal entre a venda do produto e o embarque, o montante de reservas embarcadas capturou parcialmente o crescimento das vendas durante o ano de 2013. Enquanto o crescimento das reservas confirmadas no ano de 2013 foi de 13,5%, as reservas embarcadas aumentaram 5,5%, atingindo a R$4.070,4 milhões. Como pode ser observar ao longo do ano de 2013, existe uma tendência de convergência entre as taxas de crescimento de reservas confirmadas e embarcadas. Por exemplo, no 2T13 as reservas confirmadas e contratadas aumentaram 25,3% e 5,0%, enquanto o crescimento no 4T13 foi 16,6% e 12,9%, respectivamente.

Percebe-se também um aumento da diferença temporal entre as vendas e o embarque, o que está em linha com a estratégia da Companhia de estipular a compra antecipada, o que permite a CVC capturar novos clientes, melhorar o capital de giro e melhor a visibilidade dos resultados futuros.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Receita

R$ mm *	4T13	4T12	Var.	2013	2012	Var.
Receita bruta de vendas	195,3	170,7	14,4%	682,5	663,4	2,9%
Impostos sobre vendas	(11,7)	(10,9)	7,8%	(41,3)	(40,0)	3,2%
Receita líquida de vendas	**183,6**	**159,8**	**14,9%**	**641,2**	**623,4**	**2,9%**
Margem [1]	15,5%	15,2%	+ 0,3 pp	15,8%	16,2%	-0,4 pp

* Valores em milhões de R$, exceto quando indicado de outra forma.
[1] Receita líquida sobre as reservas embarcadas.

A receita líquida foi de R$183,6milhões no 4T13 e R$641,2 milhões no ano de 2013, o que representa um aumento de 14,9% e 2,9%, respectivamente, em relação ao ano anterior. A receita líquida como percentual das reservas embarcadas foi de 15,5% no 4T13, 0,3 pp. superior ao 4T12 devido a uma melhor gestão de preços. A Margem líquida em 2013 foi 0,4 p.p. inferior a de 2012, devido principalmente aos descontos mais elevados realizados no 1T13, retomando a normalidade no 2T12.

Despesas operacionais

R$ mm *	4T13	4T12	Var.	2013	2012	Var.
Despesas Operacionais	**(97,3)**	**(199,4)**	**-51,2%**	**(375,6)**	**(462,6)**	**-18,8%**
Despesas de vendas	(35,4)	(32,5)	8,8%	(134,9)	(127,0)	6,2%
Despesas gerais e administrativas	(51,5)	(85,2)	-39,6%	(204,8)	(237,8)	-13,9%
Depreciação e amortização	(6,3)	(4,6)	38,8%	(24,3)	(11,5)	111,7%
Outras despesas operacionais	(4,1)	(77,1)	-94,7%	(11,7)	(86,3)	-86,5%

R$ mm *	4T13	4T12	Var.	2013	2012	Var.
Despesas Operacionais exceto D&A	**(91,0)**	**(194,8)**	**-53,3%**	**(351,4)**	**(451,2)**	**-22,1%**
Despesas não-recorrentes	(6,9)	(120,4)	-94,3%	(39,3)	(154,5)	-74,6%
Despesas Recorrentes	(84,1)	(74,4)	13,0%	(312,1)	(296,6)	5,2%

* Valores em milhões de R$, exceto quando indicado de outra forma.

As despesas operacionais apresentaram queda de 51,2% e 18,8% no 4T13 e no ano de 2013, respectivamente, em relação a 2012, devido principalmente à redução das despesas não recorrentes. Consideramos como despesas não recorrentes aquelas que não ocorrem de forma repetida e não fazem parte das atividades regulares do negócio, como por exemplo, programas de incentivo baseados em opções de ações (as quais são concedidas uma única vez aos executivos, com caráter de bônus de contratação), despesas relacionadas à projetos estratégicos e bônus extraordinários. Para informações adicionais sobre os ajustes gerenciais, veja a seção EBITDA e EBITDA Ajustado deste documento.

As despesas recorrentes cresceram 13,0% no 4T13 e 5,2% durante o ano de 2013, devido principalmente ao aumento das despesas variáveis com vendas, como publicidade e taxa de cartão de crédito.

Despesas com depreciação e amortização aumentaram 38,8% e 117,7%, respectivamente no 4T13 e ano de 2013 quando comparado com o mesmo período em 2012, devido principalmente ao aumento dos ativos intangíveis, como os contratos de exclusividade com os franqueados e master franqueados, e também com softwares.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

EBITDA e EBITDA Ajustado

R$ mm *	4T13	4T12	Var.	2013	2012	Var.
Lucro Líquido	39,9	(58,1)		111,7	20,1	455,3%
(+) Despesas Financeiras	24,7	45,3	-45,6%	90,9	118,3	-23,2%
(+) Imposto de renda e contribuição social	21,7	(26,8)		63,0	22,3	182,2%
(+) Depreciação e amortização	6,3	4,6	38,8%	24,3	11,5	111,7%
EBITDA	**92,6**	**(35,0)**		**289,9**	**172,2**	**68,3%**
(+) Despesas com pagamentos baseados em ações [1]	6,4	6,1	5,8%	14,3	22,9	-37,6%
(+) Despesas de Consultorias [2]		8,6		2,9	17,6	-83,3%
(+) Provisão de earn-out [3]		75,0			75,0	
(+) Pagamento de indenizações [4]		26,5		7,9	30,4	-74,0%
(+) Bônus extraordinários [5]	0,5	0,7	-32,0%	5,2	5,1	2,4%
(+) Perdas extraordinárias [6]		3,5		1,0	3,5	-72,1%
(+) Despesas com reestruturação [7]				8,0		
EBITDA Ajustado	**99,5**	**85,4**	**16,5%**	**329,2**	**326,7**	**0,8%**

* Valores em milhões de R$, exceto quando indicado de outra forma.

[1] Despesa não caixa relacionada a opção de ações, concedidas uma única vez aos executivos-chave.
[2] Despesas relacionadas com serviços de consultoria em projetos estratégicos da Companhia
[3] Provisão para pagamento do valor principal vinculado ao desempenho da Companhia (earn-out) a ser pago em 1 de janeiro de 2015 ao acionista fundador (FIP GJP) no montante de R$75,0 milhões (corrigido pela variação do IGP-M de 1 de dezembro de 2009 até a data do efetivo pagamento)
[4] Indenização pelas transações comerciais virtuais realizadas pelas lojas virtuais transferidas à Companhia quando da implementação do novo modelo de franquia.
[5] Inclui bônus de retenção, de contratação e indenizações por não-competição.
[6] Compreende contingencias trabalhistas relacionadas à operações de cruzeiros marítimos e perdas relacionadas a pagamentos antecipados de voos fretados pagos à companhia aérea.
[7] Despesas de reestruturação: Relacionadas à rescisão de contrato de trabalho, baixa de sistema de CRM descontinuado e multa de cancelamento de contratos de aluguel de dois escritórios utilizados pela Companhia.

Como consequência dos itens citados acima, nosso lucro antes das despesas com juros, impostos, depreciação e amortização (EBITDA) totalizou R$92,6 milhões no 4T13, R$127,6 milhões superior ao 4T12. O EBITDA ajustado por itens não recorrentes foi de R$99,6 milhões, 16,5% acima do apresentado no mesmo período do ano anterior.

O EBITDA e o EBITDA Ajustado totalizaram R$289,8 milhões e R$329,2 milhões em 2013, aumento de 68,3% e 0,8% respectivamente em relação ao ano anterior.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Despesas financeiras

R$ mm *	4T13	4T12	Var.	2013	2012	Var.
Despesas Financeiras	**(22,8)**	**(29,8)**	**-23,6%**	**(93,7)**	**(113,1)**	**-17,2%**
Taxa serviços financeiros [1]	(14,0)			(47,8)		
Antecipação de recebíveis [2]	(3,2)	(23,7)	-86,6%	(25,2)	(87,2)	-71,1%
Juros sobre dívida - GJP [3]	(1,6)	(4,3)	-62,4%	(16,4)	(21,7)	-24,4%
Outros	(4,0)	(1,8)	120,9%	(4,3)	(4,2)	2,4%
Receita Financeira	**0,5**	**4,6**		**5,3**	**15,5**	**-65,8%**
Variação cambial	**(0,7)**	**(0,6)**	**28,6%**	**2,7**	**(1,2)**	
Sub-total	**(23,0)**	**(25,7)**	**-10,8%**	**(85,7)**	**(98,8)**	**-13,3%**
Juros sobre earn-out - GJP [4]	(1,7)	(19,5)	-91,3%	(5,2)	(19,5)	-73,3%
Despesas financeiras (líquido)	**(24,7)**	**(45,3)**	**-45,6%**	**(90,9)**	**(118,3)**	**-23,2%**

* Valores em milhões de R$, exceto quando indicado de outra forma.

[1] Serviços financeiros relacionados a vendas através de cheque/boleto, cujo crédito é concedido por instituições financeiras parceiras.
[2] Juros sobre antecipação de recebíveis.
[3] Juros relacionados a dívida com FIP GJP (juros sobre o principal).
[4] Despesas com juros sobre pagamento relacionado a performance (earn-out).

As despesas financeiras no trimestre e no ano diminuíram significantemente devido à atualização monetária do pagamento por performance reconhecida em 2012 e também, pela mudança na antecipação de recebíveis ocorrida a partir do 2T13. Até aquele momento, antecipávamos o montante total de valores a receber das vendas realizadas através de cheques e boletos (cujo crédito é concedido diretamente ao consumidor através de instituições financeiras parceiras, modalidade esta que representa aproximadamente 30% das nossas vendas). Desde fevereiro de 2013, a Companhia alterou o seu modelo a fim de antecipar apenas o valor necessário para o capital de giro, através da antecipação de recebíveis de cartão de crédito, operação esta que tem como característica um menor custo (aproximadamente 109% do CDI) e menor prazo médio (de 160 dias para cerca de 30 dias).

Despesas financeiras oriundas da dívida com o acionista fundador (excluindo pagamento por performance) também apresentou queda de R$21,7 milhões para R$16,4 milhões ano de 2013, devido ao pagamento do valor principal e consequente diminuição do saldo a pagar.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Lucro líquido

Como resultado dos itens mencionados acimas, o lucro líquido foi de R$39,9 milhões no 4T13 e R$111,7 milhões em 2013, representando um aumento de R$98,0 milhões e R$91,6 milhões, respectivamente, sobre o mesmo período em 2012.

O lucro líquido foi também positivamente afetado pelo impacto de itens não recorrentes. A tabela abaixo descreve os ajustes realizados em 2013 e 2012, líquidos de imposto.

R$ mm *	4T13	4T12	Var.	2013	2012	Var.
Lucro líquido	**39,9**	**(58,1)**		**111,7**	**20,1**	**455,3%**
(+) Despesas com pagamentos baseados em ações	6,4	6,1	5,8%	14,3	22,9	-37,6%
(+) Despesas de Consultorias		5,7		2,0	11,6	-82,8%
(+) Provisão de earn-out	1,1	62,4	-98,2%	3,4	62,4	-94,5%
(+) Pagamento de indenizações		17,5		5,2	20,1	-74,0%
(+) Bônus extraordinários	0,3	0,4	-30,5%	3,4	3,3	2,4%
(+) Perdas extraordinárias		2,3		0,6	2,3	-72,1%
(+) Despesas de reestruturação				5,3		
(+) Amortização contrato com franqueados	1,4	0,8	77,1%	5,4	0,9	502,7%
Lucro líquido ajustado	**49,1**	**37,1**	**32,2%**	**151,3**	**143,6**	**5,4%**

* Valores em milhões de R$, exceto quando indicado de outra forma.

Endividamento

A tabela abaixo mostra a posição da nossa dívida em 31 de Dezembro:

R$ mm *	2013	2012	Var.
Curto prazo	**144,4**	**44,5**	**224,6%**
Empréstimos e financiamentos	0,1	0,1	-17,0%
FIP GJP	144,3	44,4	225,1%
Longro prazo	**99,8**	**238,6**	**-58,2%**
Empréstimos e financiamentos		0,1	
FIP GJP		144,0	
FIP GJP - pagamento sobre performance	99,8	94,5	5,5%
(-) Caixa e equivalentes	**(44,7)**	**(287,0)**	**-84,4%**
(=) Dívida líquida (caixa)	**199,5**	**(3,9)**	
(+) Recebíveis antecipados	**122,0**	**428,1**	**-71,5%**
(=) Dívida líquida + recebíveis antecipados	**321,5**	**424,2**	**-24,2%**

* Valores em milhões de R$, exceto quando indicado de outra forma.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Para fins gerenciais, a Companhia adiciona o valor dos recebíveis descontados e considera o mesmo montante como dívida necessária para cobrir sua necessidade de capital de giro, sendo este saldo em dezembro de 2013 e 2012 de, respectivamente, R$122,0 milhões e R$428,1 milhões. Levando este efeito em consideração, nossa dívida líquida seria de R$321,5 milhões em 2013 e R$424,2 milhões em 2012. A diminuição do desconto de recebíveis está relacionada com o fim da antecipação dos recebíveis de cheques/boletos. Atualmente, antecipamos recebíveis de cartão de crédito a taxas e prazos reduzidos em comparação com a modalidade anterior, e apenas quando necessário.

Investimentos

A CVC é uma operadora de turismo "*asset light"*, o que significa que não realiza investimentos em ativos tais como aeronaves ou hotéis, nem investimentos significativos em ativos fixos (computadores e máquinas). Nossos investimentos são relacionados principalmente a softwares e sistemas de tecnologia de informação que têm como objetivo incrementar as nossas vendas. Seguem abaixo algumas das iniciativas realizadas em 2013:

- Nova plataforma online lançada em maio de 2013;
- Melhoria significativa na navegabilidade do nosso website;
- Novo *front-end*, ferramenta de fácil utilização que tem como objetivo gerar rapidez e eficiências nas vendas realizadas nas nossas lojas.

Os investimentos realizados pela Companhia totalizaram R$38,9 em 2012 e R$35,2 em 2013, montantes que representam respectivamente 1,0% e 0,8% das reservas confirmadas no período.

Retorno sobre o capital investido – ROIC

O retorno sobre o capital investido foi de 40,7% em 2013, 2,4 p.p. superior ao apresentado em 2012. O aumento foi ocasionado principalmente pela amortização do benefício do ágio e redução do capital investido, especialmente na linha de ativos não circulantes.

R$ mm *	2013	2012	Var.
EBIT [1]	**304,9**	**315,2**	**-3,3%**
IR e CS (34%)	-103,7	-107,2	-3,3%
Benefício fiscal sobre o ágio	47,7	26,5	80,0%
NOPAT	**248,9**	**234,5**	**6,1%**
Ativo Imobilizado [2]	281,3	303,1	-7,2%
Capital de Giro [3]	329,7	309,8	6,4%
Capital Investido	**611,0**	**612,9**	**-0,3%**
ROIC	**40,7%**	**38,3%**	**+ 2,4 p.p.**

[1] EBIT gerencial, ajustado por itens não recorrentes;
[2] Ativos não circulantes (exceto imposto diferido sobre o earn out) menos passivos não circulantes (exceto dívida);
[3] Ativos circulantes assets menos passivos circulantes, excluindo dívida e caixa e equivalentes.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Fluxo de caixa ajustado[1]

R$mm*	4T13	4T12	2013	2012
Lucro líquido do exercício	39,9	(58,1)	111,7	20,1
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6,7	(31,0)	34,6	(14,6)
Provisão de earn-out	1,6	94,5	5,1	94,5
Juros e variação monetária	4,3	3,7	16,4	21,6
Despesas com pagamentos baseados em ações	6,5	6,1	14,3	22,9
Amortização contrato de franquia	2,2	1,2	8,1	1,2
Depreciação & amortização	4,2	3,4	16,2	10,3
Indenização online	(1,5)	(6,8)	1,6	19,7
Outros	3,7	1,0	16,0	10,7
(Aumento) / redução no capital de giro	46,7	47,9	(14,2)	(24,7)
Fluxo de caixa das atividades operacionais	**114,3**	**61,9**	**209,8**	**161,7**
Capex	(11,4)	(10,1)	(35,2)	(38,9)
Fluxo de caixa das atividades operacionais, líquido de capex	**102,9**	**51,8**	**174,6**	**122,8**
Pagamento contrato de franquia	(19,6)	(21,1)	(45,1)	(21,1)
Fluxo de caixa das atividades de investimento	**(31,0)**	**(31,2)**	**(80,3)**	**(60,0)**
Aumento / (diminuição) de endividamento	(11,0)	(11,0)	(44,0)	(44,0)
Despesas com oferta pública de ações	(6,9)		(6,9)	
Pagamento de juros	(5,7)	(4,1)	(16,8)	(23,1)
Aumento / (diminuição) de recebíveis antecipados	(77,8)	39,8	(306,1)	(20,1)
Efeito do hedge no fluxo de caixa	2,4	(2,2)	2,0	(3,7)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	**(99,0)**	**22,5**	**(371,8)**	**(90,9)**
Fluxo de caixa do período	(15,7)	53,2	(242,3)	10,8
Caixa e equivalentes no final do período	44,7	287,0	44,7	287,0
Caixa e equivalentes no início do período	60,4	233,8	287,0	276,2

[1] Para análise gerencial, a Companhia adiciona ao fluxo de caixa os recebíveis descontados para cobrir eventuais necessidades de caixa à linha contas a receber, considerando o mesmo montante como dívida.

No 4T13, o fluxo de caixa ajustado gerado pelas atividades operacionais foi de R$114,3 milhões, valor R$52,4 milhões acima do gerado no 4T12, ocasionado pelo lucro líquido de R$39,9 milhões, em comparação com o prejuízo de R$58,1 do ano anterior, bem como pelo efeito do imposto de renda diferido.

É importante enfatizar a redução da necessidade de capital de giro em comparação com 2012, devido ao aumento do tempo médio entre a venda e o embarque, em linha com a estratégia da Companhia.

O fluxo de caixa ajustado das atividades de financiamento foi de R$99,0 milhões no 4T13 e R$371,8 milhões em 2013, devido principalmente à diminuição do montante de recebíveis antecipados, refletindo assim a estratégia da companhia aplicada a partir do 2T13.

No ano de 2013, o fluxo de caixa ajustado gerado pelas atividades operacionais foi de R$209,8 milhões, aumento de R$48,1 milhões em relação ao ano anterior, aumento este ocasionado principalmente pelo crescimento da receita líquida. O fluxo de caixa ajustado das atividades de investimento foi R$20,3 milhões superior ao do ano anterior devido ao pagamento dos contratos com os franqueados.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Balanço patrimonial

Ativo circulante

O ativo circulante era de R$1.740,3 milhões em 31 de dezembro de 2013 em comparação a um saldo de R$1.373,9 milhões em 31 de dezembro de 2012, o que representou um aumento de 26,7%, ou R$366,4 milhões. Como percentual do total do ativo, o ativo circulante era de 84,1% em 31 de dezembro de 2013, e 79,9% em 31 de dezembro de 2012.

Esse aumento ocorreu principalmente em virtude da interrupção da antecipação de recebíveis de cheques e boletos com impacto de cerca de R$300 milhões no saldo de contas a receber, o que aliado ao aumento das vendas na ordem de 13,5%, ocasionou: i) aumento total do contas a receber de R$ 461,3 milhões, parcialmente compensado pela redução do saldo de disponibilidades no montante de R$ 242,3 milhões; ii) aumento de adiantamento a fornecedores no valor de R$ 101,5 milhões; e iii) aumento de despesas antecipadas no valor de R$ 40,4 milhões.

Ativo não circulante

O ativo não circulante era de R$329,1 milhões em 31 de dezembro de 2013 e de R$346,1 milhões em 31 de dezembro de 2012, representando um decréscimo de 4,9%, ou R$17 milhões. Como percentual do total do ativo, o ativo não circulante passou para 15,9% em 31 de dezembro de 2013 em comparação a um percentual de 20,1% verificado em 31 de dezembro de 2012.

Esse decréscimo ocorreu principalmente em virtude da redução do saldo de imposto de renda diferido no valor de R$ 35,2 milhões, o qual foi parcialmente compensado pelo aumento do saldo de intangíveis de R$ 17,6 milhões.

Passivo circulante

O passivo circulante era de R$1.639,5 milhões em 31 de dezembro de 2013, em comparação a um saldo de R$1.259,9 milhões em 31 de dezembro de 2012, representando um aumento de 30,1%, ou R$379,6 milhões. Como percentual do total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante passou para 79,2% em 31 de dezembro de 2013 em comparação a um percentual de 73,2% em 31 de dezembro de 2012. Tal aumento deveu-se fundamentalmente ao aumento do saldo de contratos a embarcar no valor de R$ 285,1 milhões, ao aumento do saldo de contas a pagar – partes relacionadas no valor de R$ 96,9 milhões, referente principalmente à transferência do não circulante para o circulante da parcela final de R$ 100 milhões a pagar ao FIP GJP relacionado à aquisição da CVC a ser paga em Dezembro de 2014. Ambos os aumentos foram parcialmente compensados pela redução do saldo de outros passivos em R$ 65,1 milhões, decorrente principalmente do pagamento de contratos de exclusividade de curto prazo.

Passivo não circulante

O passivo não circulante era de R$113,6 milhões em 31 de dezembro de 2013 em comparação ao saldo de R$249,5 milhões em 31 de dezembro de 2012, o que representou um decréscimo de 54,5%, ou R$135,9 milhões. Como percentual do total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante passou para 5,5% em 31 de dezembro de 2013 em comparação a um percentual de 14,5% observado em 31 de dezembro de 2012. Este decréscimo deveu-se fundamentalmente pela transferência

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

das parcelas de longo para curto prazo do passivo com partes relacionadas no valor de R$ 144,0 milhões.

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido era de R$316,3 milhões em 31 de dezembro de 2013 em comparação a um saldo de R$210,6 milhões verificado em 31 de dezembro de 2012, representando um aumento de 50,2%, ou R$105,6 milhões. Como percentual do total do passivo e patrimônio líquido, o patrimônio líquido passou para 15,3% em 31 de dezembro de 2013 em comparação a um percentual de 12,2% observado em 31 de dezembro de 2012. Tal aumento foi decorrente principalmente do lucro gerado no exercício no valor de R$ 111,7 milhões.

Estrutura acionária

O capital subscrito em 31 de dezembro de 2013 é representado por 129.729.000 de ações ordinárias (130.581.000 em 31 de dezembro de 2012, considerando o desdobramento de 3.000 ações para cada uma ação em 12 de novembro de 2013, para fins de comparabilidade), sem valor nominal, e é distribuído conforme descrito abaixo:

R$mm (*)	2013		2012	
	Ações (milhares)	Valor	Ações (milhares)	Valor
Fundo de Investimento BTC	61.075	38,9	82.551	35,6
Fundo de Investimento GJP	32.603	20,8	47.178	20,3
Fundo de Investimento GP	2.302	1,5		
Ações em tesouraria			786	0,3
Outros	33.749	21,5	66	0,1
Total	**129.729**	**82,7**	**130.581**	**56,3**

* Valores em milhões de R$, exceto quando indicado de outra forma.

Dividendos

A administração propôs o pagamento de dividendos de acordo com a tabela demonstrada abaixo, considerando as diretrizes constantes no Estatuto Social da Companhia e a absorção do prejuízo acumulado nos anos anteriores no montante de R$49,6 milhões.

R$ mm	2013
Lucro Líquido	**111,7**
Prejuízos acumulados de anos anteriores	(49,6)
Lucro líquido, após absorção de prejuízo acumulados	**62,1**
Reserva Legal - 5%	(3,1)
Base de cálculo	**59,0**
Dividendos mínimos - 25%	**14,8**

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 29 de outubro de 2013, nossos acionistas aprovaram a distribuição de dividendos futuros de no mínimo de 50% do lucro liquido com relação ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2014 e nos anos seguintes, se as condições a seguir forem atingidas: (a) A companhia executar com sucesso sua Oferta Pública Inicial de ações antes de qualquer distribuição de dividendos; (b) a companhia tiver lucro líquido para permitir a distribuição de dividendos e cumprir previamente com as obrigações legais decorrentes da Lei de Sociedade por Ações nº 6.404/76; (c) A companhia não tiver qualquer outra necessidade de capital para desenvolver seus negócios e/ou projetos

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

estratégicos; (d) a companhia cumprir com os pagamentos da dívida em favor do GJP Fundo de Investimento em Participações, em vista da incorporação da CBTC Fundo de Investimento em Participações em dezembro de 2009; e (e) o Conselho de Administração e os acionistas decidirem aprovar, no momento oportuno, a efetiva distribuição de dividendos relativa a cada um dos exercícios sociais.

Gestão de pessoas

O negócio da CVC é orientado segundo princípios de meritocracia, sendo que a gestão de pessoas tem caráter estratégico para o nosso modelo de negócio. Essa filosofia é disseminada por todas as estruturas de governança da CVC. A Companhia criou um Programa de premiação baseada em resultados que engloba 100% dos funcionários, visando acelerar a assimilação da cultura de resultados por toda a organização. Além disso, como forma de contribuir para a educação profissional e a oferta de serviços de qualidade, a CVC organiza um Programa de Formação de Agentes de Viagem, que visa capacitar e desenvolver profissionais da área de vendas e agenciamento de viagens.
A CVC finalizou o ano de 2013 com 1.154. A Companhia usualmente investe em programas de qualificação e treinamento, criando oportunidades e valorizando a experiência de compra de seus clientes.

Programas sociais

A CVC participa ativamente de iniciativas que permitam a condução sustentável do negócio de turismo, de forma a contribuir para o desenvolvimento da Companhia, dos mais de mil destinos turísticos em que a CVC está presente e da sociedade como um todo. Atualmente, a Companhia apoia as seguintes iniciativas:

Selo Fundação Abrinq
A CVC é uma "Empresa Amiga da Criança", reconhecida pela Fundação Abrinq e Save the Children, pela realização de projetos sociais em prol das crianças e adolescentes.

Selo Empresa Solidária Alfasol
Para incentivar a entrada de jovens no mercado de turismo, um dos mais promissores no Brasil, a CVC é patrocinadora do Projeto de Iniciação Profissional em Turismo.

Realizado pela Alfasol – Alfabetização Solidária em 2013, o projeto beneficiará 200 jovens da cidade de São Paulo, que em 2014 estarão aptos a participarem de processos seletivos na operadora e de programas de imersão no turismo. A parceria também será estendida para 2014 e 2015, em que também permitirá a iniciação profissional em turismo para os participantes do programa "Juventude Pro".

Programa Braztoa de Sustentabilidade
Como uma das 90 operadoras associadas à Braztoa – Associação Brasileira das Operadoras de Viagens, a CVC participa, desde 2012, do Programa Braztoa de Sustentabilidade, uma iniciativa que visa estudar e difundir o tema da sustentabilidade juntamente com um grupo de trabalho formado por 22 operadoras brasileiras.

Em 2013, a Companhia conquistou o segundo lugar na premiação, por ter implementado algumas ações internamente.

Universidade CVC
Criada em 2007, a Universidade CVC é dedicada à capacitação profissional por meio da educação corporativa. Já capacitou mais de 15 mil colaboradores em todo o Brasil,

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

com treinamentos via e-learning, com temas focados no negócio CVC e em gestão de vendas para agentes de viagens.

Natal Luz de Gramado
A CVC é uma das principais geradoras de empregos e renda nas regiões turísticas e, também, como parte de sua atuação apoia a realização de atrações que incentivem a cultura e o fluxo de turistas em destinos turísticos. Um dos eventos que tem o apoio cultural da operadora é o Natal Luz de Gramado, conhecido como o maior evento de Natal do Brasil e um dos maiores do mundo, e que há mais de 25 anos transforma a cidade de Gramado (RS) em uma cidade de encanto, com cenários e espetáculos natalinos para todas as idades, entre novembro e janeiro.

Instituição Assistencial e Educacional Dr. Klaide
Há cerca de 10 anos, a CVC é madrinha da Instituição Assistencial e Educacional Dr. Klaide, com doação de recursos financeiros e realização de ações complementares.

Instalada em Santo André, a entidade beneficia idosos, crianças e adolescentes de cerca de 500 famílias de baixa renda da região e entorno, com reforço escolar, atendimento médico e psicológico, atividades de lazer e, mais recentemente, também promovendo cursos profissionalizantes para o público jovem.

Viaja Mais Melhor Idade
A CVC participa do Programa Viaja Mais Melhor Idade, desenvolvido pelo Ministério do Turismo com o objetivo de incentivar as viagens pelo público com mais de 60 anos, principalmente no período da baixa temporada.

Instituto Carlyle
A CVC apoia o Instituto Carlyle, que colabora com o desenvolvimento de ONGs focadas em educação, por meio de suporte financeiro e consultoria de serviços estratégicos baseada na metodologia similar à private equity, visando à sustentabilidade de suas atividades em longo prazo.

O Instituto é uma iniciativa dos funcionários do Grupo Carlyle no Brasil, que conta com o apoio do escritório-sede do fundo, localizado nos Estados Unidos.

Já em 2013, amplia o seu apoio social através do patrocínio do Esporte Clube Pinheiros, dos musicais, “Aventura Brasileira”, “Aventura Entretenimento”, entre outras iniciativas culturais e sociais.

Serviços prestados pelo auditor independente

As demonstrações financeiras da Companhia e sua controlada relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram auditadas pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S.

Em referência à Instrução CVM n° 381, de 14 de janeiro de 2003, e ao Ofício Circular CVM/SNC/SEP n° 01/2007, de 14 de fevereiro de 2007, a CVC informa que sua política junto aos auditores independentes no que diz respeito à prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se substancia nos princípios que preservam a independência do auditor. Esses princípios baseiam-se no fato de que o auditor não pode auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais, advogar por seu cliente ou prestar quaisquer outros serviços que sejam considerados proibidos pelas normas vigentes, mantendo dessa forma a independência.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A independência desses auditores se apresenta assegurada, uma vez que, em todos os referidos trabalhos, a tomada de decisão sobre as estratégias e procedimentos adotados foi estabelecida pela Administração.

Notas Explicativas

1. Informações gerais

A CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. (“CVC” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima, de capital fechado, com sede em Santo André, Estado de São Paulo. As operações da CVC são realizadas em conjunto com sua subsidiária CVC Serviços Agência de Viagens Ltda. (“CVC Serviços”). A Companhia foi criada em 25 de março de 2009, iniciando suas operações em 1º de dezembro de 2009.

A CVC e sua subsidiária têm como atividade principal a prestação de serviços de turismo, compreendendo a intermediação, individualmente ou na forma agregada (pacotes turísticos), de passagens aéreas, transporte terrestre, reservas de hotéis, passagens de cruzeiros marítimos, entre outros. Em 31 de dezembro de 2013, a CVC possuia 33 lojas próprias (através da CVC Serviços), 761 agências de viagem exclusivas CVC e aproximadamente 6.500 agentes de viagens registrados em todo o país. A CVC também possui acordos com representantes locais para a prestação de serviços com a marca CVC na Argentina e no Uruguai.

Os serviços turísticos intermediados pela CVC são substancialmente oferecidos diretamente aos clientes por meio de prestadores de serviços independentes, com base em termos e condições acordadas entre a CVC e os seus clientes. O modelo estruturado de negócio atende as premissas da Lei Geral do Turismo (Lei 11.771/08).

Em 23 de dezembro de 2009, o Grupo Carlyle (“Carlyle”), uma companhia de *private equity* com sede em Washington, por meio da sociedade de propósito específico CBTC Participações S.A., adquiriu 63,6% das ações da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A., companhia constituída através da cessão de ativos e passivos da Operadora e Agência de Viagens CVC Tur Ltda. (“CVC Tur”) relacionados às atividades de turismo realizadas pela CVC Tur e outras oito entidades.

Em 09 de dezembro de 2013 iniciou-se a negociação das ações ordinárias da CVC na BM&FBOVESPA, sob o código CVCB3. Foram ofertadas inicialmente 33.750.000 ações através de oferta pública secundária, correspondente a 26,02% do capital social da Companhia. Em 10 de janeiro de 2014 encerrou-se a oferta secundária de ações ordinárias emitidas pela Companhia. Devido ao exercício do *green shoe,* 91.600 ações adicionais foram vendidas, totalizando 33.841.600 ações, representando aproximadamente 26,09% do capital social da Companhia.

A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 4 de fevereiro de 2014.

Notas Explicativas

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo.

2.1. Base de preparação

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

a) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e estão sendo apresentadas juntas com as demonstrações financeiras consolidadas.

b) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, baseadas nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

As demonstrações financeiras consolidadas também foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as normas internacionais de relatório financeiro, *International Financial Reporting Standards (IFRS*) emitidos pelo *International Accounting Standards Board.*

2.2. Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações contábeis intermediárias da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. e de sua subsidiária integral CVC Serviços Agência de Viagens Ltda.

Notas Explicativas

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.2. Consolidação--Continuação

Subsidiárias são todas as entidades em que uma Companhia tem poder para governar as políticas financeiras e operacionais e detém, de modo geral, ações que representam mais de metade dos direitos de voto. A existência e o efeito dos potenciais direitos de voto atualmente exercíveis ou conversíveis são levados em consideração para determinar se uma Companhia controla ou não outra entidade. Uma subsidiária é consolidada integralmente a partir da data de aquisição, que corresponde à data em que uma companhia obtém o controle, e excluída da consolidação a partir da data em que esse controle é perdido.

As demonstrações financeiras individuais da subsidiária CVC Serviços foram elaboradas na mesma data de encerramento da Companhia, adotando-se políticas contábeis consistentes. Todos os saldos entre a Companhia e a CVC Serviços, receitas e despesas, ganhos e perdas não realizados e eventuais dividendos são integralmente eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas.

Nas informações contábeis individuais da Companhia, o investimento na subsidiária CVC Serviços está avaliado pelo método de equivalência patrimonial. Não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado individual e consolidado e em suas demonstrações financeiras.

2.3. Conversão de moeda estrangeira

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua (a “moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e a moeda de apresentação da Companhia.

Notas Explicativas

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.3. Conversão de moeda estrangeira--Continuação

b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício como receita ou despesa financeira.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos de caixa em bancos e aplicações financeiras com vencimento em até três meses da data de aplicação e com um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras incluídas em equivalentes de caixa são classificadas como ativos financeiros com valor justo por meio do resultado.

2.5. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia ou subsidiária se tornam parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado, em que tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

2.5.1. Ativos financeiros

a) *Reconhecimento inicial e mensuração*

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ela se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Notas Explicativas

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.5. Instrumentos financeiros--Continuação

2.5.1. Ativos financeiros--Continuação

a) *Reconhecimento inicial e mensuração*--Continuação

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

b) *Mensuração subsequente*

Os ativos são classificados em uma das categorias a seguir, conforme a finalidade para a qual foram adquiridos ou emitidos:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

A Companhia, quando aplicável, avalia seus ativos financeiros a valor justo por meio do resultado quando existir o objetivo e condição de negociá-los em um curto espaço de tempo. Quando a Companhia não estiver em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos, e a intenção da Administração em vendê-los no futuro próximo sofrer mudanças significativas, a Companhia pode optar em reclassificar esses ativos financeiros. Essa avaliação não afeta quaisquer ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado utilizando a opção de valor justo no momento da apresentação.

Empréstimos e recebíveis: são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São classificados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem principalmente "Contas a receber de clientes, contas a receber de partes relacionadas, adiantamentos a fornecedores e outras contas a receber".

Notas Explicativas

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.5. Instrumentos financeiros--Continuação

2.5.1. Ativos financeiros--Continuação

c) *Desreconhecimento de ativos financeiros*

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado e reconhecido o impacto financeiro no balanço quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo.

d) *Impairment de ativos financeiros*

A Companhia avalia no final de cada exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado *(impaired)* se há evidência objetiva de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") que possam impactar os fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros.
Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

(i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;

(ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;

(iii) a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;

(iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;

(v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras;

Notas Explicativas

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.5. Instrumentos financeiros--Continuação

2.5.1. Ativos financeiros-Continuação

d) *Impairment de ativos financeiros*-Continuação

(vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:

- Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
- Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. A Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por impairment reconhecida anteriormente deve ser reconhecida na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.5. Instrumentos financeiros--Continuação

2.5.2. Passivos financeiros

a) *Reconhecimento inicial e mensuração*

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros mensurado pelo valor justo por meio do resultado, empréstimos ou financiamentos ou derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, quando aplicável. A Companhia define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial.

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, somados aos custos da operação diretamente atribuíveis, conforme o caso.

b) *Mensuração subsequente*

- Empréstimos e financiamentos: após o reconhecimento inicial, os empréstimos e financiamentos remunerados são posteriormente mensurados pelo custo amortizado adotando-se o método da taxa de juros efetiva. Os empréstimos e financiamentos da Companhia incluem principalmente os arrendamentos financeiros e as obrigações com o Fundo de Investimento GJP registradas em contas a pagar – partes relacionadas, relacionadas à aquisição das ações da Companhia.

c) *Desreconhecimento de passivos financeiros*

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação relacionada a tal passivo é liquidada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou quando os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal substituição ou modificação é tratada como desreconhecimento do passivo original e reconhecimento de um novo passivo. A diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado.

Notas Explicativas

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.5. Instrumentos financeiros--Continuação

2.5.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.5.4. Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos visando minimizar os riscos decorrentes da exposição em moeda estrangeira, representada por pagamentos futuros a serem realizados em moeda estrangeira para fornecedores estrangeiros ou indexados em moeda estrangeira para fornecedores nacionais.

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, com exceção da parcela eficaz dos hedges de fluxo de caixa, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido classificado como outros resultados abrangentes.

Quando a estratégia documentada da gestão de risco da Companhia para uma relação de hedge em particular excluir da avaliação da eficácia de hedge um componente específico do ganho ou perda ou os respectivos fluxos de caixa do instrumento de hedge, esse componente do ganho ou perda excluído é reconhecido imediatamente no resultado financeiro.

Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração do resultado quando a transação objeto de hedge afetar o resultado. Os fluxos de caixa protegidos e o respectivo efeito no resultado são esperados para ocorrer, substancialmente, em até 12 meses da data do balanço patrimonial.

Notas Explicativas

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.5. Instrumentos financeiros--Continuação

2.5.4. Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge--Continuação

Se a ocorrência da transação prevista ou compromisso firme não for mais esperada, os valores anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido são transferidos para a demonstração do resultado. Se o instrumento de hedge expirar ou for vendido, encerrado ou exercido sem substituição ou rolagem, ou se a sua classificação como hedge for revogada, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidos no resultado abrangente permanecem diferidos no patrimônio líquido classificado como outros resultados abrangentes.

A Companhia utiliza depósitos em conta corrente em moeda estrangeira e contratos de câmbio a termo para oferecer proteção contra a sua exposição ao risco cambial relacionada a transações previstas futuras altamente prováveis e a compromissos firmes. Vide Nota 4.4 para mais detalhes.

2.6. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são normalmente reconhecidas ao valor total da transação e ajustado pela provisão para crédito de liquidação duvidosa, se necessária. A provisão é substancialmente baseada em recebíveis vencidos, além de contas específicas a receber consideradas não cobráveis.

2.7. Adiantamentos a fornecedores

Os adiantamentos a fornecedores consistem basicamente de pagamentos antecipados a hotéis, companhias aéreas, entre outros, incluindo pagamentos de passagens já vendidas e não embarcadas.

2.8. Ativo intangível

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados pelo custo quando de seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são contabilizados pelo custo, deduzidas a amortização acumulada e as eventuais perdas por não recuperação acumuladas.

Notas Explicativas

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.8. Ativo intangível--Continuação

2.8.1. Softwares

As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para aquisição ou aqueles necessários para que estejam em condições de uso.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso;
- A Administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo;
- O software pode ser vendido ou usado;
- Pode-se demonstrar que é provável que o software gerará benefícios econômicos futuros;
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software;
- O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança;

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o exercício de desenvolvimento do software. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Notas Explicativas

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.8. Ativo intangível--Continuação

2.8.2. Sítio virtual (*Website*)

Inclui os gastos com a aquisição do direito de venda através de loja virtual que pertencia aos agentes exclusivos e gastos com desenvolvimento do sítio virtual (*website*).

2.8.3. Contrato de exclusividade

O contrato de exclusividade (pagamento pela conversão em franquias) é referente aos valores pagos aos franqueados (terceiros) com o objetivo de garantir o direito de exclusividade em firmar contratos de franquia com a marca CVC.

As principais características dos contratos são: (i) prazo de dez anos, ao final do qual são renováveis por acordo mútuo (ii) metas de desempenho, (iii) funções e territórios pré-estabelecidos e (iv) procedimentos e taxas de serviço padronizados.

2.8.4. Vida útil

Os ativos intangíveis são amortizados pelo método linear com base na vida útil definida ou de acordo com o prazo em que os benefícios econômicos são gerados, sendo dos dois o menor. O período e o método de amortização são revistos, no mínimo, no encerramento de cada exercício e testes de avaliação da recuperação são efetuados quando há indícios de que o ativo intangível possa não ser recuperável. As alterações da vida útil prevista ou do padrão previsto de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo são contabilizadas alterando-se o período ou o método de amortização, conforme o caso, e tratadas como mudanças das premissas contábeis. As despesas de amortização com ativos intangíveis de vida útil definida são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício, na categoria correspondente à função do ativo intangível.

A amortização do intangível é calculada com base:

	Anos
Software e *website*	até 5 anos
Contrato de exclusividade	até 10 anos

Notas Explicativas

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.9. Ativo imobilizado

O ativo imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou construção, líquido da provisão para redução do valor recuperável. Quando componentes significativos de imobilizado são repostos, a Companhia registra tais componentes como itens individuais, com vidas úteis de taxas de depreciação específicas. As despesas de manutenção e reparo são levadas ao resultado quando incorridas.

A depreciação do imobilizado é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros	até 10 anos ou tempo de validade do contrato
Equipamentos	até 10 anos
Móveis e utensílios	até 10 anos
Equipamentos de informática	até 5 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado ao seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas operacionais" na demonstração do resultado.

As taxas de depreciação utilizadas representam adequadamente a vida útil dos bens o que permite concluir que o valor do imobilizado está próximo do seu valor justo.

2.10. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores referem-se principalmente a obrigações a pagar por serviços que foram intermediados junto aos fornecedores de serviços de turismo, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Notas Explicativas

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.11. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.12. Provisões

As provisões são reconhecidas quando:

(i) Existe uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos passados;

(ii) É provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e

(iii) O valor tiver sido estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Notas Explicativas

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.13. Impostos e contribuições

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R$240 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência.

O Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Os encargos de IRPJ e CSLL correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgados, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. A Companhia estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante, de acordo com a previsão de realização.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

Notas Explicativas

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.13. Impostos e contribuições--Continuação

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

c) Impostos sobre as receitas

As receitas de serviços prestados estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas alíquotas básicas abaixo:

- Programa de Integração Social (PIS) – 0,65%
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) – 3%
- Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) - 2% a 5%

Esses encargos são apresentados como deduções de receita bruta de vendas na demonstração do resultado.

2.14. Plano de fidelidade

Em dezembro de 2012, a Companhia iniciou um projeto piloto de programa de fidelidade, que consiste principalmente no ganho de pontos pelos participantes para utilização em pacotes e viagens.

De acordo com o regulamento do programa vigente, a cada R$1,00 gasto o participante terá direito a 1 ponto, e os pontos expiram em um prazo de 18 meses.

As obrigações assumidas decorrentes do Programa Fidelidade foram avaliadas ao valor justo líquido da estimativa de não utilização (breakage) e multiplicado pela quantidade de pontos existentes no encerramento de cada mês.

Notas Explicativas

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.14. Plano de fidelidade--Continuação

A obrigação está registrada na conta de “Plano de fidelidade – venda antecipada de pacotes turísticos”, sendo reconhecida como receita no momento do embarque referente ao pacote adquirido com pontos do plano.

A Companhia calcula a estimativa de não utilização com base em dados históricos. Oportunidades futuras podem alterar significativamente o perfil dos clientes. Tais alterações podem resultar em mudanças significativas no saldo de receita diferida, assim como no reconhecimento da receita deste programa.

2.15. Remuneração com base em ações

Desde 01 de janeiro de 2010, a Companhia concede a seus principais executivos e administradores remuneração na forma de pagamento com base em ações. A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações a seus funcionários com base no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, eventos futuros, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 15.b. As despesas dessas transações são reconhecidas no resultado (despesas gerais e administrativas) durante o período em que o direito é adquirido (período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas) em contrapartida da reserva de pagamentos baseados em ações, no patrimônio líquido.

2.16. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido (Nota 15.a). Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Notas Explicativas

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.17. Ações em tesouraria

Ações em tesouraria são ações da Companhia adquiridas e mantidas em tesouraria (Nota 15.d). Ações em tesouraria são registradas em conta separada, e, para o propósito de apresentação e divulgação, são deduzidas do patrimônio líquido. Os efeitos de compra, venda, emissão ou cancelamento não são reconhecidos nas demonstrações de resultado.

2.18. Reconhecimento da receita

a) Receita bruta de vendas

A receita bruta de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços de elaboração e intermediação de pacotes turísticos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando os riscos são substancialmente transferidos, fatores que ocorrem no momento do embarque.

Os pacotes turísticos são vendidos pela CVC Serviços ou pelas agências de turismo autorizadas a vender pacotes turísticos. Os pacotes podem incluir passagens aéreas, transporte terrestre, reservas diárias, pacotes terrestres, e pacotes de cruzeiros marítimos, entre outros serviços, intermediados pela Companhia.

Os serviços turísticos são substancialmente prestados diretamente aos clientes por parceiros, dos quais a Companhia cobra uma porcentagem da renda ou recebe uma comissão pelo serviço de intermediação. A parcela cobrada ou a comissão recebida corresponde à receita reconhecida. A CVC Serviços contabiliza as comissões na venda de pacotes turísticos preparados e administrados pela Companhia como receita própria, que são eliminadas na consolidação.

Os pacotes turísticos intermediados são contabilizados como vendas antecipadas de pacotes turísticos, no passivo circulante, devido à obrigação de fornecer tais pacotes. A receita de prestação de serviços é reconhecida quando o passageiro efetua o embarque. Todos os gastos com serviços diretamente relacionados às viagens são reconhecidos em conjunto com a receita.

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

Notas Explicativas

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.19. Arrendamento mercantil

a) Arrendamento financeiro

Os arrendamentos mercantis, nos quais a Companhia detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é parcialmente alocada, ao passivo e parcialmente aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são incluídas em outros passivos a longo prazo. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. Os equipamentos adquiridos por meio de arrendamentos financeiros são depreciados durante a respectiva vida útil.

b) Arrendamento operacional--Continuação

Os arrendamentos mercantis são classificados como operacional quando não há transferência de risco e benefícios derivados da titularidade dos itens arrendados.

Os pagamentos das parcelas dos arrendamentos mercantis (com exceção dos custos dos serviços, tais como seguro e manutenção) classificados como contratos de arrendamentos mercantis operacionais são reconhecidos como despesas pelo método linear durante o prazo do contrato.

2.20. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

Conforme determinado pelo Acordo de Acionistas assinado em 01 de dezembro de 2009, cláusula 9.1 – Os acionistas se obrigam a aprovar a não distribuição de dividendos (incluindo dividendos obrigatórios), juros sobre capital próprio ou qualquer outra forma de distribuição, enquanto a Companhia possuir e não quitar integralmente a dívida com parte relacionada (Nota 17), ou até a ocorrência de uma Abertura Qualificada de Capital (IPO).

Considerando a realização do IPO em Dezembro de 2013, a Companhia irá realizar a distribuição de dividendos referente ao exercício de 2013 conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações.

Notas Explicativas

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.21. Seguros

A Companhia tem como política manter cobertura de seguros em montantes considerados suficientes pela Administração em face dos riscos que envolvem, entre outros, incêndios, danos materiais e responsabilidade civil, além de uma apólice de seguro de vida para seus funcionários. As coberturas destas apólices estão em linha com a política de gestão de riscos da Companhia.

As despesas com prêmios de seguros são registradas como despesas antecipadas, e reconhecidas na demonstração do resultado, linearmente, no período de vigência das apólices.

2.22. Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado. Lucro por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações potenciais, conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

2.23. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua controlada e sua distribuição durante determinado período e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas em IFRS, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 9 – Demonstração do Valor Adicionado.

2.24. Informações por segmento

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis, não limitadas às receitas, e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento.

A Companhia está organizada em um único segmento operacional de “Intermediação de Turismo” (Nota 19).

Notas Explicativas

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.25. Novos pronunciamentos ou pronunciamentos revisados aplicados pela primeira vez em 2013

A) Novos pronunciamentos e pronunciamentos revisados em 2013

A Companhia revisou a aplicação de determinadas normas e alterações, as quais estão listadas abaixo. Outras alterações que se aplicaram pela primeira vez em 2013 não apresentaram impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

- CPC 36 (R3) Demonstrações Consolidadas – O único investimento da Companhia é a CVC Serviços, a qual a Companhia detém 99,9% de participação. Portanto, a alteração desta norma não representa impacto para a Companhia.

- CPC 19 (R1) Negócios em Conjunto – A Companhia não possui joint venture ou outros negócios em conjunto que as alterações desta norma poderiam gerar impactos nas demonstrações financeiras.

- CPC 33 (R1) Benefícios a Empregado – A Companhia não possui plano de benefícios definidos ou outros planos de aposentadoria.

- CPC 46 Mensuração do Valor Justo e alterações ao CPC 26 (R1) Apresentação de Demonstrações Contábeis

O CPC 46 estabelece uma única fonte de orientação nos CPCs para todas as mensurações a valor justo. O CPC 46 não muda a determinação de quando uma entidade é obrigada a utilizar o valor justo, mas fornece orientação sobre como mensurar o valor justo de acordo com os CPCs.

O CPC 46 define valor justo como preço de saída. Como resultado da orientação fornecida no CPC 46, a Companhia reavaliou suas políticas para mensuração dos valores justos e concluiu que a aplicação do CPC 46 não afetou significativamente as mensurações a valor justo anteriormente já utilizadas. Divulgações adicionais, quando exigidas, serão fornecidas em notas explicativas individuais relacionadas com os ativos e passivos cujos valores justos foram apurados. A divulgação das mensurações a valor justo da Companhia é apresentada na Nota 4.

Notas Explicativas

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.25. Novos pronunciamentos ou pronunciamentos revisados aplicados pela primeira vez em 2013--Continuação

B) Pronunciamentos emitidos, mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2013

Os pronunciamentos e interpretações que foram emitidos pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão divulgados abaixo. A Companhia pretende adotar esses pronunciamentos quando se tornarem aplicáveis.

IFRS 9 Instrumentos Financeiros

A IFRS 9, como emitida, reflete a primeira fase do trabalho do IASB para substituição da IAS 39 e se aplica à classificação e avaliação de ativos e passivos financeiros conforme definição da IAS 39. O pronunciamento seria inicialmente aplicado a partir dos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, mas o pronunciamento *Amendments to IFRS 9 Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures*, emitido em dezembro de 2011, postergou a sua vigência para 1º de janeiro de 2015. Nas fases subsequentes, o IASB abordará questões como contabilização de *hedges* e provisão para perdas de ativos financeiros. A Companhia quantificará os efeitos conjuntamente com os efeitos das demais fases do projeto do IASB, assim que a norma consolidada final for emitida.

Entidades de Investimento (Revisões da IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27)

As revisões serão efetivas para exercícios que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2014 e fornecem uma exceção aos requisitos de consolidação para as entidades que cumprem com a definição de entidade de investimento de acordo com a IFRS 10. Essa exceção requer que as entidades de investimento registrem os investimentos em controladas pelos seus valores justos no resultado. A Companhia não espera que essas revisões sejam relevantes para suas demonstrações financeiras, uma vez que nenhuma de suas entidades se qualifica como entidade de investimento.

IAS 32 Compensação de Ativos e Passivos Financeiros – Revisão da IAS 32

Essas revisões clarificam o significado de “atualmente tiver um direito legalmente exequível de compensar os valores reconhecidos” e o critério que fariam com que os mecanismos de liquidação não simultâneos das câmaras de compensação se qualificassem para compensação. Essas revisões passarão a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. A Companhia não espera que essas revisões sejam relevantes em suas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.25. Novos pronunciamentos ou pronunciamentos revisados aplicados pela primeira vez em 2013--Continuação

C) Pronunciamentos emitidos, mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2013

IFRIC 21 Tributos

O IFRIC 21 clarifica quando uma entidade deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre. Para um tributo que requer que seu pagamento se origine em decorrência do atingimento de alguma métrica, a interpretação indica que nenhum passivo deve ser reconhecido até que a métrica seja atingida. O IFRIC 21 passa a vigorar para exercícios findos em ou após 1º de janeiro de 2014. A Companhia não espera que o IFRIC 21 tenha impactos materiais em suas demonstrações financeiras.

IAS 39 Renovação de Derivativos e Continuação de Contabilidade de Hedge – Revisão da IAS 39

Essa revisão ameniza a descontinuação da contabilidade de *hedge* quando a renovação de um derivativo designado como *hedge* atinge certos critérios. Essas revisões passam a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. A Companhia não espera que estas alterações tenham impactos materiais em suas demonstrações financeiras.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

a) Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a Administração exerça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

b) Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa, incluindo análise de sensibilidade dos ativos financeiros, são detalhadas na Nota 4.1.d.

Notas Explicativas

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

b) Estimativas e premissas--Continuação

Pagamentos baseados em ações

A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 15.b.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Tendo em vista o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para prováveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros.

Notas Explicativas

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

b) Estimativas e premissas--Continuação

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar substancialmente o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para demandas judiciais e administrativas

A Companhia reconhece provisão para demandas judiciais e administrativas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco cambial da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

Notas Explicativas

4. **Gestão de risco financeiro**--Continuação

4.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

A gestão de risco é realizada pela Tesouraria da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Tesouraria identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia. O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

O Conselho de Administração aprovou uma política para uso de derivativos a partir de 15 de fevereiro de 2011, visando minimizar os riscos decorrentes da exposição em moeda estrangeira, representada por pagamentos futuros a serem realizados em moeda estrangeira para fornecedores estrangeiros ou indexados em moeda estrangeira para fornecedores nacionais.

a) *Risco de mercado*

(i) *Risco cambial*

O risco cambial refere-se ao risco de variação do valor justo dos fluxos de caixa futuros de instrumentos financeiros devido à variação nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia e sua controlada ao risco de variação nas taxas de câmbio é aplicável principalmente às contas correntes em moeda estrangeira e às contas a pagar a fornecedores estrangeiros denominadas em moeda diferente da moeda funcional da Companhia.

O risco cambial pode impactar significativamente a receita futura da Companhia, já que as vendas antecipadas de pacotes turísticos incluem as provisões para futuros pagamentos aos respectivos fornecedores de pacotes turísticos, incluindo parceiros internacionais, e sua receita. Para gerenciar o risco cambial, a Companhia utiliza contratos de compra de moeda estrangeira junto a instituições financeiras e contratos de derivativo da modalidade NDF (*non-deliverable forward*). Adicionalmente, a Companhia também se protege do risco cambial através do pagamento antecipado de fornecedores atrelados a moedas estrangeiras.

Notas Explicativas

4. Gestão de risco financeiro--Continuação

4.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

a) *Risco de mercado*--Continuação

(ii) *Risco fluxo de caixa ou valor justo associado com risco de taxas de juros*

O risco de taxa de juros refere-se ao risco de variação do valor justo dos fluxos de caixa futuros de instrumentos financeiros devido à variação nas taxas de juros do mercado. A exposição da Companhia ao risco de variação nas taxas de juros do mercado é aplicável principalmente ao grupo de equivalentes de caixa e às obrigações com o Fundo de Investimento GJP, ambos atualizados com base no CDI, o que pode afetar o resultado e os fluxos de caixa da Companhia.

b) *Risco de crédito*

O risco de crédito refere-se ao risco de a contraparte não honrar suas obrigações relativas a um instrumento financeiro ou contrato com cliente, gerando uma perda financeira. A Companhia está exposta principalmente a risco de crédito referente a caixa e equivalentes de caixa e as contas a receber de clientes. O risco de crédito é minimizado por meio das seguintes políticas: *Caixa e equivalentes de caixa:* a Companhia adota métodos que restringem os valores que possam ser alocados a uma única instituição financeira, e leva em consideração limites monetários e classificações de crédito das instituições financeiras com as quais opera, e que são periodicamente atualizadas.

Contas a receber de clientes: a Companhia efetua transações associadas a cartões de crédito e instituições financeiras, uma vez que o risco de crédito é transferido integralmente a essas partes.

As vendas diretas para clientes individuais através de cheques pré-datados são restritas e representaram aproximadamente 3,7% e 3,9% das vendas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, respectivamente. A exposição máxima ao risco de crédito em 31 de dezembro de 2013 é o valor apresentado no balanço patrimonial (Nota 6).

Adiantamentos a Fornecedores: a Companhia efetua a análise das situações financeira e patrimonial dos seus fornecedores, assim como o acompanhamento permanente dos saldos em aberto.

Notas Explicativas

4. Gestão de risco financeiro--Continuação

4.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez surge da possibilidade de não podermos cumprir as nossas obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado.

O excesso de caixa é gerenciado pela Tesouraria, que investe esse excesso em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e contratos de compra de moeda estrangeira, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões de fluxo de caixa.

O quadro abaixo demonstra o vencimento das principais obrigações reconhecidas em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

	Consolidado				
	Menos de 3 Meses	**3 a 12 meses**	**1 a 5 Anos**	**Total**	
Saldos em 31 de dezembro de 2013		**(2.273)**			**(18.677)**
Fornecedores	**309.620**	**-**	**-**	**309.620**	
Contas a pagar partes relacionadas	**18.430**	**133.000**	**99.761**	**251.191**	
Empréstimos e financiamentos	**15**	**68**	**-**	**83**	
Outras contas a pagar	**35.633**	**2.319**	**-**	**37.952**	
	363.698	**135.387**	**99.761**	**598.846**	

	Consolidado				
	Menos de 3 Meses	**3 a 12 meses**	**1 a 5 Anos**	**Total**	
Saldos em 31 de dezembro de 2012		(2.273)			(18.677)
Fornecedores	270.428	42	22	270.492	
Contas a pagar partes relacionadas	21.526	33.000	238.537	293.063	
Empréstimos e financiamentos	17	121	79	217	
Outras contas a pagar	31.805	71.268	-	103.073	
	323.776	104.431	238.638	666.845	

Notas Explicativas

4. Gestão de risco financeiro--Continuação

4.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

d) Análise de sensibilidade

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas contas correntes em moeda estrangeira, equivalentes de caixa e contas a pagar ao Fundo de Investimento GJP, ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2013, foram definidos três cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção da moeda estrangeira e CDI para cada uma das transações analisadas, sendo este definido como cenário provável (cenário I); a partir deste, foram calculadas variações de 25% (cenário II) e 50% (cenário III).

Para cada cenário foi calculada a "receita e despesa financeira bruta", não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações.

		2013			
		Projeções de mercado			
Operações	Risco	Saldo em 31 de dezembro de 2013	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Conta corrente em moeda estrangeira - USD (Nota 5)	Queda do USD	**26.999**	**27.283**	**20.462**	**13.642**
Conta corrente em moeda estrangeira - EUR (Nota 5)	Queda do EUR	**14.283**	**14.072**	**10.554**	**7.036**
Conta corrente em moeda estrangeira - GBP (Nota 5)	Queda da GBP	**134**	**130**	**97**	**65**
Conta corrente em moeda estrangeira - CAD (Nota 5)	Queda do CAD	**96**	**108**	**81**	**54**
Equivalentes de caixa (Nota 5)	Queda do CDI	**3.101**	**3.102**	**3.102**	**3.101**
Contrato a Termo – NDF (Nota 4.4)	Queda do USD/EUR	**529**	**529**	**312**	**93**
Contas a pagar Fundo de Investimento GJP - (Nota 17)	Aumento do CDI / IGPM-M	**244.106**	**264.650**	**269.922**	**275.216**

Notas Explicativas

4. Gestão de risco financeiro--Continuação

4.2. Gestão de capital--Continuação

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo ou custos associados à essa geração de resultados e benefícios.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de antecipação de recebíveis, pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A gestão de capital não é administrada ao nível da Controladora, mas em nível consolidado, conforme demonstrado abaixo.

	Consolidado	
	31/12/2013	**31/12/2012**
Empréstimos e financiamentos	**83**	217
Contas a pagar – Fundo de Investimento GJP (nota 17)	**244.106**	282.974
(-) Caixa e equivalentes de caixa	**(44.660)**	(287.000)
(=) Dívida líquida (caixa)	**199.529**	(3.809)
(+) Patrimônio líquido	**316.281**	210.632
(=) Patrimônio líquido e dívida líquida (caixa)	**515.810**	206.823

4.3. Valor justo

Apresentamos a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas Informações contábeis intermediárias:

	Controladora			
	Valor contábil		Valor justo	
	31 de dezembro de 2013	**31 de dezembro de 2012**	**31 de dezembro de 2013**	**31 de dezembro de 2012**
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	**44.449**	**286.877**	**44.449**	**286.877**
Contas a receber de clientes	**1.246.296**	**788.407**	**1.246.296**	**788.407**
Contas a receber - partes relacionadas	**17.949**	**6.664**	**17.949**	**6.664**
Total	**1.308.694**	**1.081.948**	**1.308.694**	**1.081.948**
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	**83**	**200**	**83**	**200**
Fornecedores	**308.792**	**270.028**	**308.792**	**270.028**
Contas a pagar - partes relacionadas	**256.548**	**293.063**	**255.910**	**284.802**
Total	**565.423**	**563.291**	**564.785**	**555.030**

Notas Explicativas

4. Gestão de risco financeiro--Continuação

4.3. Valor justo--Continuação

	Consolidado			
	Valor contábil		Valor justo	
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	**44.660**	**287.000**	**44.660**	**287.000**
Contas a receber de clientes	**1.249.712**	**788.407**	**1.249.712**	**788.407**
Contas a receber - partes relacionadas	**5.451**	**2.110**	**5.451**	**2.110**
Total	**1.299.823**	**1.077.517**	**1.299.823**	**1.077.517**
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	**83**	**217**	**83**	**217**
Fornecedores	**309.620**	**270.492**	**309.620**	**270.492**
Contas a pagar - partes relacionadas	**251.191**	**293.063**	**250.553**	**284.802**
Total	**560.894**	**563.772**	**560.256**	**555.511**

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é a quantia pela qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e partes relacionadas de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento de curto prazo desses instrumentos.

- Valores a receber a longo prazo a taxas pré e pós-fixadas são avaliados pela Companhia com base em parâmetros tais como taxa de juros, fatores de risco específicos, credibilidade individual do cliente ou da contraparte. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o valor contábil desses valores a receber se aproxima de seu valor justo.

- O valor justo de instrumentos não negociáveis, empréstimos e financiamentos e outras dívidas financeiras, assim como outros passivos financeiros não circulantes, é estimado através dos fluxos de caixa futuro descontado utilizando taxas atualmente disponíveis para dívidas ou prazos semelhantes e remanescentes.

Notas Explicativas

4. Gestão de risco financeiro--Continuação

4.4. Contabilidade de hedge (*hedge accounting*)

A Companhia efetuou a designação formal de suas operações sujeitas a hedge accounting para os instrumentos financeiros derivativos de proteção de fluxos de caixa dos pagamentos futuros a serem realizados em moeda estrangeira para fornecedores estrangeiros e pagamentos a fornecedores locais indexados em moeda estrangeira para fornecedores nacionais. A documentação do hedge accounting elaborada pela Administração contempla principalmente: (i) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco da Companhia em tomar o hedge, (ii) a identificação do instrumento financeiro utilizado e/ou designado, (iii) o objeto ou transação coberta, (iv) a natureza do risco a ser coberto, e (v) o cálculo retrospectivo e prospectivo da efetividade do hedge.

A Companhia efetua o registro dos ganhos e perdas considerados como efetivos para fins do hedge accounting em conta específica no patrimônio líquido, até que o objeto de cobertura (item hedgeado) afete o resultado no momento do embarque dos passageiros relacionados às transações protegidas, momento no qual este ganho ou perda de cada instrumento designado deverá afetar o resultado na mesma rubrica que o item protegido, sendo em nosso caso a receita de vendas.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 os valores justos relacionados às transações envolvendo instrumentos financeiros com objetivo de proteção foram mensurados ao valor justo (“fair value”) por meio de fatores observáveis, como preços cotados em mercados ativos ou fluxos de caixa descontados com base em curvas de mercado e estão apresentados na tabela abaixo. Adicionalmente, a Companhia não efetua transações com instrumentos financeiros derivativos considerados exóticos.

		31 de dezembro de 2013				
	Valor de referência *(notional)*	**Valor justo (a)**	**Valor justo (b)**	**Total**	**Resultado**	**Patrimônio liquido**
Risco de taxa de câmbio						
					3.568	
USD	**23.882**	**26.660**	**339**	**26.999**		**828**
EUR	**3.819**	**4.299**	**9.984**	**14.283**	**5.045**	**182**
Contrato a termo (NDF)	**64.605**	**529**	**-**	**529**	**8.304**	**529**
Total do Ativo	**92.306**	**31.488**	**10.323**	**41.811**	**16.917**	**1.539**

Notas Explicativas

4. Gestão de risco financeiro--Continuação

4.4. Contabilidade de hedge (hedge accounting)--Continuação

		31 de dezembro de 2012				
	Valor de referência *(notional)*	**Valor justo (a)**	**Valor justo (b)**	**Total**	**Resultado**	**Patrimônio liquido**
Risco de taxa de câmbio						
USD	49.738	50.741	2.475	53.216	7.840	(342)
EUR	15.786	17.982	8.671	26.653	4.728	241
Contrato a termo (NDF)	13.033	(228)	-	(228)	2.478	(228)
Total do Ativo	78.557	68.495	11.146	79.641	15.046	(329)

(a) Saldos dos instrumentos financeiros derivativos designados à operações de hedge associados a pacotes de viagens a serem embarcados.

(b) Saldo dos instrumentos financeiros derivativos relacionados a pacotes de viagens embarcados cujos fornecedores ainda não foram pagos.

No quadro abaixo demonstramos as posições consolidadas por data de vencimento em aberto em 31 de dezembro de 2013 e 2012 dos contratos a termo (non-deliverable forward - NDF) utilizados para cobertura de risco de taxa de câmbio:

31 de dezembro de 2013

Derivativo	**Posição**	**Contrato**	**Data da contratação**	**Data de vencimento**	**Valor de referência (notional)**	**Valor justo**
Termo	Comprado	NDF	De 4/04/2013 a 31/12/2013	De 23/01/ 2013 a 23/10/2014	**64.605**	**529**

31 de dezembro de 2012

Derivativo	**Posição**	**Contrato**	**Data da contratação**	**Data de vencimento**	**Valor de referência (notional)**	**Valor justo**
Termo	Comprado	NDF	De 24/08/12 a 21/12/12	De 11/01/13 a 30/06/13	13.033	(228)

Notas Explicativas

4. **Gestão de risco financeiro**--Continuação

4.5. Estimativa do valor justo

O valor justo dos passivos financeiros para fins de divulgação é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia aplica o CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo seguinte nível da hierarquia de mensuração pelo valor justo:

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pela Companhia é o preço de concorrência atual.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e minimizam a necessidade de estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2. Se informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3.

Notas Explicativas

4. Gestão de risco financeiro--Continuação

4.5. Estimativa do valor justo--Continuação

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
- O valor justo de *swaps* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado;
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Companhia mensurados pelo valor justo, sendo:

	31 de dezembro de 2013			
	Controladora e Consolidado			
	Nível 1	**Nível 2**	**Nível 3**	**Saldo total**
Ativo				
Instrumentos financeiros	**-**	**529**	**-**	**529**

	31 de dezembro de 2012			
	Controladora e Consolidado			
	Nível 1	**Nível 2**	**Nível 3**	**Saldo total**
Passivo				
Instrumentos financeiros	-	(228)	-	(228)

Notas Explicativas

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Equivalentes de caixa:				
Itaú Unibanco Holding S.A.	**173**	**80.375**	**192**	80.375
HSBC Bank Brasil S.A.	**675**	**1.942**	**678**	1.942
Bradesco S.A.	**1.461**	**-**	**1.653**	-
Banco do Brasil	**76**	**102.073**	**76**	**102.073**
Caixa Economica Federal	**145**	**-**	**206**	-
Banco Safra	**46**	**-**	**46**	-
Citibank	**89**	**-**	**89**	-
Banco Santander Brasil S.A.	**161**	**20.700**	**161**	20.700
	2.826	**205.090**	**3.101**	205.090
Caixa e contas bancárias:				
Caixa e conta corrente em moeda nacional	**111**	**1.538**	**47**	1.661
Conta corrente em moeda estrangeira-USD	**26.999**	**53.216**	**26.999**	**53.216**
Conta corrente em moeda estrangeira- EUR	**14.283**	**26.653**	**14.283**	**26.653**
Conta corrente em moeda estrangeira - CAD	**96**	**105**	**96**	**105**
Conta corrente em moeda estrangeira - GBP	**134**	**275**	**134**	**275**
	41.623	**81.787**	**41.559**	81.910
Caixa e equivalentes de caixa	**44.449**	**286.877**	**44.660**	287.000

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa os quais estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, sendo que estão representadas por aplicações financeiras em CDB - Certificados de Depósito Bancário.

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha.

Notas Explicativas

6. Contas a receber de clientes

Os saldos das contas a receber de clientes e demais contas a receber apresentam-se como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Proveniente de vendas por meio de:				
Administradoras de cartões de crédito (a)	**676.417**	**713.299**	**676.417**	**713.299**
Contas a receber títulos (b)	**520.618**	**48.627**	**520.618**	**48.627**
Outros	**73.345**	**50.140**	**76.761**	**50.140**
	1.270.380	**812.066**	**1.273.796**	**812.066**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (c)	**(24.084)**	**(23.659)**	**(24.084)**	**(23.659)**
	1.246.296	**788.407**	**1.249.712**	**788.407**

(a) Vendas a prazo com cartões de crédito são recebidas em parcelas que não ultrapassam 1 ano. Tais parcelas não são sujeitas a taxas de juros explícitas.

(b) Contas a receber títulos referem-se a recebíveis de instituições financeiras que estruturam e negociam serviços financeiros aos clientes da Companhia. Todos os riscos e benefícios financeiros destas transações são transferidos a tais instituições após a transação estar completa. Em 2013, a Companhia alterou seu método de recebimento, que consiste em receber no fluxo de vencimento dos títulos e não mais de forma antecipada. Não houve alterações em práticas ou estimativas contábeis.

(c) O reconhecimento e a reversão da provisão para créditos de liquidação duvidosa foram reconhecidos como “despesas de vendas” na demonstração de resultado.

A idade de nosso saldo de contas a receber de clientes e demais contas a receber pode ser demonstrado conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
A vencer	**1.237.390**	**781.767**	**1.240.806**	**781.767**
Títulos vencidos:				
Vencidos há menos de 30 dias	**8.560**	**9.325**	**8.560**	**9.325**
Vencidos há mais de 30 dias	**24.430**	**20.974**	**24.430**	**20.974**
Total	**1.270.380**	**812.066**	**1.273.796**	**812.066**

Notas Explicativas

6. Contas a receber de clientes--Continuação

Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(23.377)
Provisão debitada às despesas com vendas	(282)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(23.659)
Provisão debitada em despesas de vendas	**(1.110)**
Perdas efetivadas	**685**
Saldo em 31 de dezembro de 2013	**(24.084)**

7. Adiantamentos a fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2013	**31 de dezembro de 2012**	**31 de dezembro de 2013**	**31 de dezembro de 2012**
Companhias aéreas (a)	**234.141**	146.646	**234.141**	146.646
Hotéis no Brasil e no exterior (b)	**45.267**	33.650	**45.267**	33.661
Outros	**3.803**	1.531	**3.889**	1.532
	283.211	181.827	**283.297**	181.839

(a) Pagamentos a companhias aéreas referentes aos bilhetes aéreos já vendidos e não utilizados.

(b) Adiantamentos a hotéis são essencialmente resultantes de transações realizadas entre a Companhia e seus fornecedores para garantir a disponibilidade de quartos na atual e em futuras temporadas.

Notas Explicativas

8. Despesas antecipadas

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2013	**31 de dezembro de 2012**	**31 de dezembro de 2013**	**31 de dezembro de 2012**
Comissões de vendas (a)	**120.824**	87.104	**123.677**	90.192
Taxa de administração de cartões de crédito (b)	**11.311**	8.612	**11.311**	8.614
Propaganda e publicidade (c)	**2.104**	2.734	**2.104**	2.734
Outros	**5.644**	840	**5.644**	844
	139.883	99.290	**142.736**	102.384

(a) Comissões para agentes de turismo como forma de remuneração pelos serviços prestados por agências, que será realizado quando do efetivo embarque dos passageiros.

(b) As taxas de administração de cartões de crédito referem-se à porcentagem de vendas com base nos acordos firmados entre a Companhia e as instituições de cartões de crédito como custos da transferência do risco de crédito das vendas feitas com cartões de crédito a tais instituições.

(c) Inclui despesas de propaganda e publicidades a serem veiculadas.

9. Investimentos

a) Aquisição da CVC Brasil

Em 23 de dezembro de 2009, a empresa veículo CBTC Participações S.A. (“CBTC”) adquiriu inicialmente 76,2% das ações da CVC por R$700.755, sendo R$380.755 pagos à vista e o restante, no valor de R$320.000, a ser pago até 2014 (Nota 17). O saldo a pagar é atualizado com base na variação do CDI + 2% ao ano.

Assim, a CBTC contabilizou a transação da seguinte forma:

	CBTC
Investimento 76.2%	46
Ágio gerado na transação	700.709
Total da transação	700.755

b) Incorporação da CBTC

Em 28 de dezembro de 2009, a CBTC foi incorporada pela Companhia, conforme acordado entre as partes envolvidas. Como resultado da incorporação, as ações detidas pela CBTC foram canceladas, com posterior emissão de novas ações em nome do acionista controlador da CBTC, o Fundo de Investimento BTC “BTC”, uma subsidiária integral do Carlyle.

Notas Explicativas

9. **Investimentos**--Continuação

b) Incorporação da CBTC--Continuação

A incorporação gerou um aumento de capital na CVC Brasil no valor de R$391.615 (acervo líquido da CBTC) e redução da participação da BTC na CVC, devido à transferência da dívida gerada na aquisição da Companhia.

Antes da incorporação, as ações da CVC eram distribuídas da seguinte forma:

Acionistas	Ações (*)	% do capital
CBTC	45.730	76,2%
Fundo de investimento GJP	14.270	23,8%
Total	60.000	100,00%

Após a Incorporação. as ações da CVC Brasil foram distribuídas conforme descrito abaixo:

Acionistas	Ações (*)	% do capital
Fundo de Investimento BTC	24.973	63,6%
Fundo de Investimento GJP	14.270	36,4%
Total	39.243	100,00%

(*) Não considera o desdobramento das ações ocorrido em 12 de Novembro de 2013 (Nota 15a).

Em 28 de dezembro de 2009, a CVC incorporou a CBTC através de uma incorporação reversa, o que ocasionou a baixa integral do ágio registrado. Após este evento, o Fundo de Investimento BTC (controladora da incorporada CBTC) teve sua participação acionária na CVC reduzida de 76,2% para 63,6%.

Os efeitos de alocação do ágio gerado na compra dos ativos e passivos da CVC, conforme requerido pelo CPC 15 (IFRS 3)– Combinação de Negócios, não foram reconhecidos quando da incorporação, pelo fato de que a transação de incorporação reversa não se configurou na essência como uma combinação de negócios mas como reestruturação societária entre empresas sob controle comum, onde o adquirente final é o Fundo de Investimento Carlyle.

Portanto, conforme determinado pelo ICPC 09 – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Contábeis Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de equivalência Patrimonial, parágrafo 44.b, a Companhia efetuou a baixa integral do ágio incorporado no valor de R$700.709 contra lucro/prejuízos acumulados, e constituiu o beneficio fiscal de 34% sobre o ágio no valor de R$238.241 no ativo, contra reserva de capital no patrimônio líquido.

Notas Explicativas

9. **Investimentos**--Continuação

c) Investimento na CVC Serviços

	CVC Serviços
Saldo em 31 de dezembro de 2011	2.977
Equivalência patrimonial	(2.267)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	**710**
Equivalência patrimonial	**(3.931)**
Saldo em 31 de dezembro de 2013 (Provisão para perda com investimento)	**(3.221)**

Abaixo seguem informações da investida:

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Ativos	**9.388**	8.743
Passivos	**12.609**	8.033
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	**(3.221)**	710
Receitas líquidas	**46.598**	44.175
Prejuizo do exercício	**(3.931)**	(2.267)
% Participação	**99,9%**	99,9%

10. Ativo imobilizado

Controladora	Instalações	Equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Veículos	Total do ativo imobilizado
Custo						
31 de dezembro de 2011	7.745	362	2.017	13.723	**-**	23.847
Adições	1.398	66	378	1.798	210	3.850
Baixas	-	-	(172)	(108)	-	(280)
31 de dezembro de 2012	9.143	428	2.223	15.413	210	27.417
Adições	459	1	92	206	115	873
Baixas	(295)	(10)	(184)	(507)	(210)	(1.206)
Provisão para obsolescência (*)	-	-	-	(27)	-	(27)
Transferências do ativo intangível	-	-	-	1.434	-	1.434
31 de dezembro de 2013	**9.307**	**419**	**2.131**	**16.519**	**115**	**28.491**
Depreciação acumulada						
31 de dezembro de 2011	(713)	(45)	(1.061)	(9.251)	**-**	(11.070)
Depreciação	(1.646)	(39)	(155)	(1.865)	(42)	(3.747)
Baixas	-	-	125	108	-	233
31 de dezembro de 2012	(2.359)	(84)	(1.091)	(11.008)	(42)	(14.584)
Depreciação	(1.812)	(43)	(211)	(2.334)	(24)	(4.424)
Baixas	82	7	114	787	49	1.039
31 de dezembro de 2013	**(4.089)**	**(120)**	**(1.188)**	**(12.555)**	**(17)**	**(17.969)**
Valor residual						
31 de dezembro de 2013	**5.218**	**299**	**943**	**3.964**	**98**	**10.522**
31 de dezembro de 2012	6.784	344	1.132	4.405	168	12.833

Notas Explicativas

10. Ativo imobilizado--Continuação

Consolidado	Instalações	Equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Veículos	Total do ativo imobilizado
Custo						
31 de dezembro de 2011	10.481	478	3.473	14.662	-	29.094
Adições	1.393	65	395	2.445	210	4.508
Baixas	-	-	(174)	(145)	-	(319)
31 de dezembro de 2012	11.874	543	3.694	16.962	210	33.283
Adições	576	2	112	241	115	1.046
Baixas	(656)	(68)	(410)	(1.249)	(210)	(2.593)
Provisão para obsolescência (*)	-	-	-	(34)	-	(34)
Transferências do ativo intangível	-	-	-	1.434	-	1.434
31 dezembro de 2013	**11.794**	**477**	**3.396**	**17.354**	**115**	**33.136**
Depreciação acumulada						
31 de dezembro de 2011	(1.703)	(92)	(1.689)	(9.973)	-	(13.457)
Depreciação	(2.019)	(51)	(295)	(2.166)	(42)	(4.573)
Baixas	-	-	126	145	-	271
31 de dezembro de 2012	(3.722)	(143)	(1.858)	(11.994)	(42)	(17.759)
Depreciação	(2.183)	(51)	(348)	(2.250)	(24)	(4.856)
Baixas	445	42	267	988	49	1.791
31 de dezembro de 2013	**(5.460)**	**(152)**	**(1.939)**	**(13.256)**	**(17)**	**(20.824)**
Valor residual						
31 de dezembro de 2013	**6.334**	**325**	**1.457**	**4.098**	**98**	**12.312**
31 de dezembro de 2012	8.152	400	1.836	4.968	168	15.524

(*) Provisão para itens obsoletos relacionados à descontinuidade do sistema CRM que foi reconhecida em abril de 2013, em conexão com a reestruturação realizada pela Companhia.

Notas Explicativas

11. Ativo intangível

Controladora	Software e *Website*	Contrato de exclusividade	Total do Intangível
Custo			
Saldo em 31 de dezembro de 2011	20.265	-	20.265
Adição	33.379	73.053	106.432
Saldo de 31 de dezembro de 2012	53.644	73.053	126.697
Adição	**33.660**	**7.891**	**41.551**
Provisão para obsolescência (*)	**(3.577)**	**-**	**(3.577)**
Transferências para o ativo imobilizado	**(1.434)**	**-**	**(1.434)**
Outros	**90**		**90**
Saldo em 31 de dezembro de 2013	**82.383**	**80.944**	**163.327**
Amortização acumulada			
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(6.874)	-	(6.874)
Adição	(5.859)	(1.185)	(7.044)
Saldo de 31 de dezembro de 2012	(12.733)	(1.185)	(13.918)
Adição	**(11.076)**	**(7.897)**	**(18.973)**
Outros	**(90)**	**-**	**(90)**
Saldo em 31 de dezembro de 2013	**(23.899)**	**(9.082)**	**(32.981)**
Valor residual			
Saldo em 31 de dezembro de 2013	**58.484**	**71.862**	**130.346**
Saldo em 31 de dezembro de 2012	40.911	71.868	112.779

Consolidado	Software e *Website*	Contrato de exclusividade	Total do intangível
Custo			
Saldo em 31 de dezembro de 2011	20.534	-	20.534
Adição	34.390	73.053	107.443
Saldo em 31 de dezembro de 2012	54.924	73.053	127.977
Adição	**34.120**	**7.891**	**42.011**
Provisão para obsolescência (*)	**(3.577)**	**-**	**(3.577)**
Transferências para o Ativo Fixo	**(1.434)**	**-**	**(1.434)**
Outros	**(17)**	**-**	**(17)**
Saldo em 31 de dezembro de 2013	**84.016**	**80.944**	**164.960**
Amortização acumulada			
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(7.111)	-	(7.111)
Amortização	(5.709)	(1.185)	(6.894)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(12.820)	(1.185)	(14.005)
Adição	**(11.517)**	**(7.897)**	**(19.414)**
Outros	**17**	**-**	**17**
Saldo em 31 de dezembro de 2013	**(24.320)**	**(9.082)**	**(33.402)**
Valor residual			
Saldo em 31 de dezembro de 2013	**59.696**	**71.862**	**131.558**
Saldo em 31 de dezembro de 2012	42.104	71.868	113.972

(*) Provisão para itens obsoletos relacionados à descontinuidade do sistema CRM que foi reconhecida em abril de 2013, em conexão com a reestruturação realizada pela Companhia.

Notas Explicativas

12. Empréstimos e financiamentos

a) Obrigações de arrendamento financeiro

Os contratos de arrendamento classificados como arrendamento financeiro possuem a intenção da Administração em adquirir os respectivos itens ao final dos contratos. A maior parte dos contratos possui uma cláusula com opção de compra pelo valor residual do bem, sendo o pagamento incluído no valor da amortização mensal. Os prazos dos contratos se encerram em, no máximo, três anos.

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Circulante:				
Obrigações de arrendamento financeiro	**83**	**121**	**83**	**138**
Não Circulante:				
Obrigações de arrendamento financeiro	**-**	**79**	**-**	**79**
Total	**83**	200	**83**	217

b) Obrigações de arrendamento operacional - CVC como arrendatária

Os pagamentos mínimos totais de arrendamento, segundo os arrendamentos operacionais não canceláveis, são:

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Menos de um ano	**118**	139
Mais de um ano e menos que cinco anos	**623**	620
Mais de 5 anos	**16**	39
	757	798

A Companhia acredita que os pagamentos de aluguel mínimo de arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis, referem-se ao período contratual do curso normal da operação. Esta obrigação é apresentada no quadro acima, como requerido no CPC 6 (IAS17). O valor das despesas de arrendamentos operacionais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi R$11.753 (R$10.911 em 2012).

Notas Explicativas

12. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Todos os contratos que possuem cláusulas de multa em caso de quebra contratual prevêem a penalidade de até três meses de aluguel, sendo que se a Companhia rescindisse estes contratos, o valor total seria de aproximadamente R$2.277.

13. Provisões para demandas judiciais e administrativas

Em conformidade com as cláusulas dos contratos firmados entre Carlyle e o antigo acionista controlador da CVC, quaisquer eventuais contingências do passado (anteriores a data de aquisição, 23 de dezembro de 2009) não são de responsabilidade da Companhia, sendo obrigação do antigo controlador. Assim, não foram constituídas provisões para demandas ou reivindicações anteriores a 23 de dezembro de 2009 com base no contrato firmado entre as partes.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis, em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pelo apoio de seus consultores legais.

	Controladora e Consolidado		
	Trabalhistas	**Cíveis**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2011	459	4.761	5.220
Adições	1.991	7.993	9.984
Reversões/Pagamentos	(280)	(4.021)	(4.301)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	2.170	8.733	10.903
Adições	**1.898**	**9.127**	**11.025**
Reversões/Pagamentos	**(1.860)**	**(6.182)**	**(8.042)**
Saldo em 31 de dezembro de 2013	**2.208**	**11.678**	**13.886**

Notas Explicativas

14. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre o ágio gerado na aquisição da Companhia e sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Os ativos de impostos diferidos são reconhecidos na medida em que é provável que a avaliação dos lucros tributáveis futuros podem ser usados na compensação de diferenças temporárias, baseado em projeções de receita futura e preparadas com premissas internas e cenários econômicos futuros que podem ser alterados.

a) Reconciliação de despesas com o imposto de renda e a contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	Exercício findo em 31 de dezembro de		Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2013	**2012**	**2013**	**2012**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**176.590**	43.586	**174.655**	42.428
Imposto de renda à alíquota nominal - 34%	**(60.041)**	(14.819)	**(59.383)**	(14.426)
Opções de ações outorgadas e reconhecidas	**(4.851)**	(7.777)	**(4.851)**	(7.777)
Outros	**(16)**	(878)	**1.261**	(113)
Imposto de renda e contribuição social	**(64.908)**	(23.474)	**(62.973)**	(22.316)
Corrente	**(28.377)**	(36.920)	**(28.377)**	(36.920)
Diferido	**(36.531)**	13.446	**(34.596)**	14.604
Despesa de imposto de renda e contribuição social	**(64.908)**	(23.474)	**(62.973)**	(22.316)
Aliquota efetiva	**37%**	54%	**36%**	53%

b) Composição do imposto de renda (IR) e contribuição social (CS) diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2013	**31 de dezembro de 2012**	**31 de dezembro de 2013**	**31 de dezembro de 2012**
Imposto de renda sobre ágio CBTC (Incorporação) (Nota 9)	**111.189**	158.827	**111.189**	158.827
Provisão earn-out – Fundo GJP (Nota 17)	**33.919**	32.143	**33.919**	32.143
Provisão para demandas judiciais e administrativas	**4.721**	3.707	**4.721**	3.707
Provisão para bônus	**2.946**	2.971	**3.183**	2.971
Provisão para perdas com adiantamentos	**2.068**	1.646	**2.068**	1.646
Outras	**17.149**	9.785	**21.902**	12.841
Ativo de imposto de renda diferido	**171.992**	209.079	**176.982**	212.135

Notas Explicativas

14. Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

b) Composição do imposto de renda (IR) e contribuição social (CS) diferidos--Continuação

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações, e que para 31 de dezembro de 2013 demonstram que o imposto de renda diferido ativo será compensado conforme demonstrado abaixo:

Ano	*Controladora*	*Consolidado*
2014	74.537	76.553
2015	81.571	82.845
2016	15.884	17.159
2017	-	425
Total	***171.992***	***176.982***

c) Movimentação do imposto de renda diferido:

	Controladora		*Consolidado*	
	31 de dezembro de 2013	**31 de dezembro de 2012**	**31 de dezembro de 2013**	**31 de dezembro de 2012**
Saldo inicial	**209.079**	194.538	**212.135**	196.436
Adição (a)	**11.954**	41.214	**13.888**	42.473
Compensação	**(49.041)**	(26.673)	**(49.041)**	(26.774)
Saldo final	**171.992**	209.079	**176.982**	212.135

(a) Durante o ano de 2012 ocorreu o registro do imposto de renda diferido sobre o earn-out (nota 17.c) gerando um aumento de R$32.143.

Em 11 de novembro de 2013 o Governo Federal emitiu a Medida Provisória 627 que propõe a alteração da legislação tributária federal com o objetivo de ajustar as regras fiscais às práticas contábeis. A Companhia efetuou uma análise assumindo a opção do novo regime para o ano de 2014 e com base neste cenário não foram apresentados impactos significativos para as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013. Esta análise deverá ser efetuada novamente pela administração quando da promulgação da Lei pelo Governo Federal, uma vez que ainda podem existir ajustes ou alterações da Lei, assim como existir uma conclusão diferente pela Administração.

Notas Explicativas

15. Patrimônio liquido

a) Capital social

O capital subscrito em 31 de dezembro de 2013 é representado por 129.729.000 de ações ordinárias (130.581.000 em 31 de dezembro de 2012, considerando o desdobramento de 3.000 ações para cada uma ação em 12 de novembro de 2013, para fins de comparabilidade), sem valor nominal, e é distribuído conforme descrito abaixo:

	31 de dezembro de 2013		**31 de dezembro de 2012**	
	Ações (milhares)	**Valor**	**Ações (milhares)**	**Valor**
Fundo de Investimento BTC	**61.075**	**38.947**	82.551	35.566
Fundo de Investimento GJP	**32.603**	**20.791**	47.178	20.325
Fundo de Investimento GP	**2.302**	**1.468**	-	-
Ações em tesouraria	**-**	**-**	786	338
Outros	**33.749**	**21.522**	66	28
Total	**129.729**	**82.728**	130.581	56.257

O capital social autorizado em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é de R$ 5.000.000, sem determinação das unidades de ações.

A Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) aprovou em 30 de setembro de 2013 o aumento de capital de R$26.471 sem emissão de novas ações por meio de capitalização da reserva especial de ágio.

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 12 de novembro de 2013, nossos acionistas aprovaram um desdobramento de nossas ações na proporção de 3.000 ações ordinárias para cada ação, pelo qual nossas 43.243 ações ordinárias foram desdobradas em 129.729.000 ações ordinárias.

b) Opções de compra de ações

O plano de remuneração com base em ações da Companhia tem por objeto a outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia aos participantes com o objetivo de atrair, motivar e reter executivos-chave.

Notas Explicativas

15. Patrimônio liquido--Continuação

b) Opções de compra de ações--Continuação

O preço de exercício das opções concedidas é o valor justo de mercado das ações no momento da outorga das opções (“Preço de Exercício”), definido nos contratos individuais celebrados com cada participante, corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA desde a data da outorga das opções até a data de seu efetivo exercício nos termos do plano. As opções foram concedidas aos empregados considerados executivos-chave da Companhia, neste caso indicados pelo Conselho de Administração para receberem opções. As opções outorgadas são divididas como descrito a seguir:

“Time Based Options” (TBO) – provê o direito do beneficiário de comprar ações a um preço predeterminado com base no tempo de trabalho contínuo na Companhia. Estas opções estão sujeitas a um período aquisitivo dos direitos às opções e ao seu exercício.

“Performance Based Options” (PBO) – provê o direito do beneficiário de comprar ações condicionado ao cumprimento de taxas de retorno sobre o capital investido dos acionistas de no mínimo 25% a.a., em dólares norte-americanos. No caso da ocorrência de uma abertura inicial de capital (IPO), e sendo a taxa de retorno sobre o capital investido dos acionistas acima de 30%a.a., as PBOs serão convertidas em TBOs. Nesse caso, o beneficiário deverá cumprir os prazos de trabalhos contínuos definidos nas TBOs para exercício das opções concedidas e também não poderá, durante o prazo de 1 (um) ano a contar do vesting das opções convertidas, alienar qualquer das ações decorrentes do exercício destas opções.

As opções são exercíveis em até 10 anos. Após a data da outorga, as opções, para as quais o direito de exercício tenham sido adquiridos deverão ser exercidas em 90 dias contados a partir da data de saída da Companhia.

Notas Explicativas

15. Patrimônio liquido--Continuação

b) Opções de compra de ações--Continuação

As movimentações no Plano de Opções de compra de ações considerando o desdobramento das opções na mesma proporção do desdobramento aplicado para as ações ordinárias, conforme descrito na Nota 15.a, estão detalhadas abaixo:

(Em milhares de opções)

		Plano 1			Plano 2		Plano 3	Plano 4
		Tranche 1.1		Tranche 1.2	Tranche 2.1 to 2.3	Tranche 2.4 e 2.5	Tranche 3.1	Tranche 4.1 a 4.3
	Notas	PBO	TBO	TBO	TBO	TBO	TBO	TBO
31 de dezembro de 2011		525	177	2.553	3.054	-	-	-
Outorgadas	(i)	-	-	-	1.179	978	-	-
Prescritas	(ii)	-	-	-	(666)	-	-	-
31 de dezembro de 2012		525	177	2.553	3.567	978	-	-
Outorgadas	(iii)				69		4.113	4.398
Prescritas	(ii)				(1.740)	(633)	-	(30)
Transferência de plano	(iv)				(1.827)	(345)	-	2.172
31 de dezembro de 2013		**525**	**177**	**2.553**	**69**	**-**	**4.113**	**6.540**

(i) Outorga de opções de ações aprovada pelo Conselho de Administração principalmente relacionada à substituição de opções concedidas anteriormente a executivos que deixaram a Companhia;

(ii) Opções de ações prescritas devido à saída dos executivos que deixaram a Companhia;

(iii) Concessão de opções de compra de ações aprovado pelo Conselho de Administração relativas às opções concedidas com a substituição de opções anteriormente concedidas aos executivos que saíram da Empresa (Plano 3) e subsídio adicional de ações (Plano 4);

(iv) Transferências do Plano de 2 para oPlano.

A despesa no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, excluindo a reversão de despesas com opções de ações descrita no item (vi) acima, no montante de R$14.268 (R$22.874 em 2012) foi registrada como despesa de opções de compra de ações (demonstrações do resultado) contra a reserva de pagamentos baseadas em ações (patrimônio líquido). O valor acumulado registrado como reserva de pagamentos baseados em ações no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2013, referente aos planos de opções de ações, é de R$33.217 (R$36.601 em 31 de dezembro de 2012).

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de outubro de 2013, os acionistas da Companhia aprovaram o “Quarto Plano de Opções de Ações”, com efeitos a partir de 10 de novembro de 2011, que modifica e substitui parte do “Segundo Plano de Opção de Compra de Ações”, além de incluir a outorga de novas opções de compra de ações. O objeto do “Quarto Plano de Opções de Ações” é a outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia aos seus empregados considerados executivos-chave e que sejam indicados pelo Conselho de Administração para receberem as opções, sujeitos a determinadas condições previstas no respectivo plano.

Notas Explicativas

15. Patrimônio liquido--Continuação

b) Opções de compra de ações--Continuação

O valor justo médio ponderado das opções concedidas, determinado com base no modelo de avaliação "Customized Binomial Tree Model" está detalhado abaixo:

	Plano 1		Plano 2	Plano 3	Plano 4		
Detalhes	Tranche 1.1	Tranche 1.2	Tranche 2.1	Tranche 3.1	Tranche 4.1	Tranche 4.2	Tranche 4.3
Data de inicio (primeira outorga)	1/1/2010	1/1/2010	10/11/2013	11/3/2013	10/11/2011	2/7/2012	31/10/2013
Quantidade de opções – PBO (milhares) (*)	525	-	-	-	-	-	-
Quantidade de opções – TBO (milhares) (*)	177	2.553	69	4.113	1.767	375	4.398
Valor de exercício - R$ (*)	R$4,99	R$4,99	R$22,46	R$13,53	R$14,63	R$ 14,63	R$ 14,63
Volatilidade esperada	32,83%	47,00%	44,35%	38,67%	31,01%	31.01%	31,01%
Inflação estimada (IPCA)	5,87%	5,87%	5,58%	3,92%	5,85%	5,86%	5,88%
Prazo maturidade estimado	5 anos	4 anos	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos
Valor justo da opção (*)	R$ 2,56	R$ 4,58	R$ 14,44	R$ 7,61	R$ 5,40	R$ 5,57	R$ 5,90

(*) Considera o desdobramento das opções, e consequente alteração no valor de exercício e valor justo da opção, na mesma proporção do desdobramento aplicado para as ações ordinárias, conforme descrito na Nota 15.a.

c) Contrato de compra e venda e Acordo de Acionistas

Como mencionado na Nota 1 a compradora CBTC Participações S.A. (BTC Participações S.A. depois da incorporação ou "BTC") e o vendedor FIP GJP celebraram através de contrato e acordo de venda e no Acordo de Acionistas firmado em 01 de dezembro de 2009 as principais condições e obrigações estão descritas abaixo:

- Distribuição de dividendos – Vide Nota 2.20
- Pagamento vinculado ao desempenho da Companhia – Vide Nota 17.c
- Aprovação de matérias qualificadas pelo Conselho de Administração deverá envolver o acionista representando a maioria do capital votante (BTC) e o voto favorável do Fundo de Investimento GJP, enquanto for acionista titular e detentor de pelo menos 10% do capital social total da Companhia;

Notas Explicativas

15. Patrimônio liquido--Continuação

c) Contrato de compra e venda e Acordo de Acionistas--Continuação

Abertura de Capital – As partes deverão envidar seus melhores esforços e deverão cooperar entre si a fim de viabilizar a implementação de uma abertura qualificada de capital da Companhia, assim entendida como oferta pública inicial (Initial Public Offering – IPO) de ações de emissão da Companhia: i) que resulte na listagem e negociação das ações de emissão da Companhia em bolsa a ser determinada em comum acordo; ii) que haja oferta para distribuição pública de ações ordinárias que representem no mínimo 25% do capital social da Companhia, podendo representar até 20% do capital social votante da Companhia se dessa forma recomendado pela instituição financeira de primeira linha que estiver atuando na distribuição pública; iii) que sejam contratadas uma ou mais instituições financeiras de primeira linha para atuarem na distribuição pública (Abertura Qualificada de Capital).

d) Ações em tesouraria

Em 16 de dezembro de 2011, as opções vestidas referentes à Tranche 1.2 do Plano 1 foram exercidas e, por conta deste exercício, 284 ações foram emitidas no valor de R$4.786 (opções com o período de aquisição cumprido).

Na mesma data a Companhia adquiriu as novas ações emitidas pelo valor de R$19.134, que foram registradas como ações em tesouraria. Subsequentemente, 22 ações no montante de R$1.482 foram outorgadas como ações restritas (Nota 15.e). Em 28 de fevereiro de 2013, a Companhia recomprou as 22 ações restritas pelo valor de R$1 cada ação (em R$ por ação).

Em 29 de outubro de 2013, foi aprovado pela Assembléia Geral Extraordinária, o cancelamento de 284 ações em tesouraria no montante de R$19.134, sem redução do capital social.

e) Opções de ações restritas

Conforme descrito na Nota 15.d, a Companhia recomprou as 22 ações restritas mencionadas no tópico anterior, uma vez que o executivo que possuía a titularidade destas ações deixou a Companhia, gerando uma reversão de despesas com outorga de ações restritas no montante de R$617.

A despesa pela distribuição de ações restritas no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, excluindo a reversão de despesas com outorga de ações rescritas conforme descrita acima, foi de R$82 (R$494 em 2012). Estes montantes foram reconhecidos como despesa de ações outorgadas (demonstrações do resultado) contra a reserva de pagamentos baseados em ações (patrimônio líquido).

Notas Explicativas

15. Patrimônio liquido--Continuação

f) Dividendos

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 4 de fevereiro de 2014 foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos relativos ao exercício de 2013, calculada conforme demonstrado abaixo, nos termos do estatuto social da Compahia, considerando a absorção do prejuízo acumulado de exercícios anteriores no valor de R$49.578.

	31 de dezembro de 2013
Lucro líquido do exercício	**111.682**
Prejuízos acumulados de anos anteriores	**(49.578)**
Lucro líquido do exercício após absorção de prejuízos acumulados	**62.104**
Reserva legal	**(3.105)**
Base de cálculo dos dividendos	**58.999**
Dividendos mínimos a distribuir (25%) – propostos	**14.750**

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 29 de outubro de 2013, nossos acionistas aprovaram a distribuição de dividendos futuros de no mínimo de 50% do lucro liquido com relação ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2014 e nos anos seguintes, se as condições a seguir forem atingidas: (a) A companhia executar com sucesso sua Oferta Pública Inicial de ações antes de qualquer distribuição de dividendos; (b) a companhia tiver lucro líquido para permitir a distribuição de dividendos e cumprir previamente com as obrigações legais decorrentes da Lei de Sociedade por Ações nº 6.404/76; (c) A companhia não tiver qualquer outra necessidade de capital para desenvolver seus negócios e/ou projetos estratégicos; (d) a companhia cumprir com os pagamentos da dívida em favor do GJP Fundo de Investimento em Participações, em vista da incorporação da CBTC Fundo de Investimento em Participações em dezembro de 2009; e (e) o Conselho de Administração e os acionistas decidirem aprovar, no momento oportuno, a efetiva distribuição de dividendos relativa a cada um dos exercícios sociais.

g) Reserva de lucros

- Reserva legal: é constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social.

- Reserva de capital de giro: é constituída mediante apropriação de até 25% do lucro líquido remanescente, após apropriação da reserva legal e distribuição dos dividendos, destinada à manutenção do capital de giro da Companhia, até o limite de 30% do capital social.

Notas Explicativas

15. Patrimônio liquido--Continuação

g) Reserva de lucros--Continuação

- Reserva de expansão: é constituída mediante apropriação de até 25% do lucro líquido remanescente, após apropriação da reserva legal e distribuição dos dividendos, destinada à expansão dos negócios da Companhia, até o limite de 50% do capital social.
- Reserva de retenção de lucros: até 50% do lucro líquido remanescente, após as apropriações previstas no estatuto social da Companhia, podem ser retidos com base em orçamento de capital aprovado pela Assembléia Geral, na forma prevista no Artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

h) Despesa com oferta pública de ações

Em 2013, a Companhia concluiu seu processo de abertura de capital através de uma oferta pública secundária de ações onde não ocorreu uma nova emissão de ações pela Companhia, sendo que os recursos captados com o IPO foram destinados diretamente aos acionistas controladores. Como parte do processo de abertura de capital, a Companhia incorreu em despesas estritamente relacionadas à oferta secundária, tais como consultoria legal e de mercado de capitais e auditoria, totalizando R$6.862. Estas despesas foram registradas em lucros e prejuízos acumulados por tratar-se de despesas com os acionistas controladores e, portanto, possui característica de distribuição de lucros para o pagamento destas despesas.

16. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2013	2012	2013	2012
Despesas financeiras				
Variação monetária e cambial	-	(1.239)	-	(1.242)
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	(1.576)	(1.654)	(1.576)	(1.654)
Encargos financeiros (a)	(90.918)	(109.228)	(90.945)	(109.258)
Outros	(6.367)	(21.520)	(6.425)	(21.657)
Total despesas financeiras	(98.861)	(133.641)	(98.946)	(133.811)
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	3.580	10.705	3.649	10.706
Variação monetária e cambial	2.747	-	2.747	-
Outros	1.645	4.675	1.659	4.790
Total receitas financeiras	7.972	15.380	8.055	15.496
Despesas financeiras, líquidas	(90.889)	(118.261)	(90.891)	(118.315)

(a) Encargos financeiros basicamente oriundos de juros sobre contas a pagar com Fundo de Investimento GJP (Nota 17) e juros incorridos na antecipação de recebíveis.

(b) As despesas financeiras relacionadas principalmente ao contrato de desempenho (vide nota 17C)

Notas Explicativas

17. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são realizadas no curso normal das atividades, de acordo com os preços específicos pactuados entre as partes, compatíveis com as condições de mercado para transações semelhantes entre partes independentes.

a) Principais saldos ou pagamentos oriundos de transações com partes relacionadas:

	31 de dezembro de 2013			
	Ativo não circulante	**Passivo circulante**	**Passivo não circulante**	**Pagamentos**
Controladora				
CVC Serviços Agência de Viagens Ltda.	**12.498**	**5.357**	**-**	**45.233**
Operadora e Agência de Viagens Tur Ltda.	**2.771**	**-**	**-**	
FIP GJP (ii)	**-**	**144.345**		**60.435**
FIP GJP Earnout (iii) (Nota 17.c)	**-**	**-**	**99.761**	**-**
GJP Administradora de Hotéis (i)	**2.680**	**7.085**	**-**	**42.352**
Total	**17.949**	**156.787**	**99.761**	**148.020**
Consolidado				
Operadora e Agência de Viagens Tur Ltda.	**2.771**	**-**	**-**	**60.435**
FIP GJP(ii)	**-**	**144.345**	**-**	**-**
FIP GJP earn-out (iii) (Nota 17.c)	**-**	**-**	**99.761**	**-**
GJP Administradora de Hotéis (i)	**2.680**	**7.085**	**-**	**42.352**
Total	**5.451**	**151.430**	**99.761**	**102.787**

	31 de dezembro de 2012			
	Ativo não circulante	**Passivo Circulante**	**Passivo não circulante**	**Pagamentos**
Controladora				
CVC Serviços Agência de Viagens Ltda.	4.554	-	-	45.928
Operadora e Agência de Viagens Tur Ltda.	2.110	-	-	-
FIP GJP(ii)	-	44.437	144.000	61.208
FIP GJP Earnout (iii) (nota 17.c)	-	-	94.537	-
GJP Administradora de Hotéis (i)	-	10.089	-	47.713
Total	6.664	54.526	238.537	154.849
Consolidado				
Operadora e Agência de Viagens Tur Ltda..	2.110	-	-	-
FIP GJP(ii)	-	44.437	144.000	61.208
FIP GJP earn-out (iii) (nota 17.c)	-	-	94.537	-
GJP Administradora de Hotéis (i)	-	10.089	-	47.713
Total	2.110	54.526	238.537	108.921

(i) Inclui reserva de quartos em hotéis relacionados. Os adiantamentos podem ser feitos para garantir a disponibilidade de quartos na atual e em futuras temporadas;

(ii) Saldo a pagar até 2015 ao Fundo de Investimento GJP, relacionado à aquisição das ações da CVC o qual é atualizado com base na variação do CDI + 2% ao ano;

(iii) Provisão para pagamento vinculado ao desempenho (Nota 17.c).

Notas Explicativas

17. Transações com partes relacionadas--Continuação

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração do exercício, paga ou a pagar, ao pessoal-chave da Administração pelos serviços prestados, está apresentada a seguir:

	31 de dezembro	
	2013	**2012**
Salários e outros benefícios de curto prazo	**21.685**	18.718
Pagamentos baseado em ações	**14.267**	22.874
	35.952	41.592

c) Contratos em obrigações

Conforme mencionado na Nota 1, o FIP BTC, por meio da CBTC, adquiriu ações da Companhia através do Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças firmado ("Contrato de Compra e Venda") entre CBTC e FIP GJP ("Vendedor"), que inclui a Cláusula 2.6 – Pagamentos viculados ao desempenho e define que a Companhia efetuará em favor do vendedor um pagamento vinculado ao desempenho no valor equivalente a até R$75.000 corrigidos pelo IGP-M, calculado de acordo com os parâmetros de desempenho descritos abaixo. Em ambas as situações, a data do pagamento vinculado ao desempenho deverá ocorrer em 1º de janeiro de 2015.

Parâmetro de desempenho

(i) Se a média aritmética do EBITDA da Companhia dos 5 (cinco) anos consecutivos entre 2010 e 2014, deflacionados pelo IGP-M, for igual ou superior a R$250.000, a Companhia deverá pagar ao vendedor o valor de R$75.000;

(ii) Se a média aritmética do EBITDA da Companhia for inferior a R$239.000, não haverá a obrigação de pagamento adicional vinculado ao desempenho;

(iii) Se a média aritmética do EBITDA da Companhia for entre R$239.000 e R$250.000, a Companhia deverá pagar ao vendedor um valor entre R$50.000 até R$75.000, calculados de forma proporcional.

Notas Explicativas

17. Transações com partes relacionadas--Continuação

c) Contratos em obrigações--Continuação

Parâmetro de desempenho II

(i) Se ocorrer uma oferta inicial de ações (IPO qualificado) ou a venda ou alienação do controle da Companhia antes de 1o. de janeiro de 2015, o pagamento vinculado ao desempenho deverá ser calculado com base na média dos EBITDAs da Companhia, deflacionada pelo IGP-M, entre 2010 e o ano calendário anterior ao IPO, de acordo com a tabela abaixo:

	Obrigação a pagar	
Evento de liquidez	**R$75.000**	**R$50.000 até 75.000 *(proporcional)***
Após 2014	Média do EBITDA acima de R$250.000	Média do EBITDA entre R$239.000 a R$250.000
Em 2014	Média do EBITDA acima de R$240.000	Média do EBITDA entre R$225.000 a R$240.000
Em 2013	Média do EBITDA acima de R$220.000	Média do EBITDA entre R$211.000 a R$220.000
Em 2012	Média do EBITDA acima de R$195.000	Média do EBITDA entre R$193.000 a R$195.000
Em 2011	Média do EBITDA acima de R$175.000	Média do EBITDA entre R$170.000 a R$175.000

Com base nos resultados apurados pela Companhia nos exercícios de 2010 a 2013, e na ocorrência do IPO qualificado, a Administração da Companhia confirmou a necessidade da provisão para pagamento da obrigação ao Fundo GJP no valor de R$75.000 reconhecida em 31 de dezembro de 2012, que incluiu, conforme determinado no contrato, o montante de R$19.537 referente aos juros entre o período de dezembro de 2010 a dezembro de 2012.

Os juros em 2013 totalizaram R$5.134 e o saldo em 31 de dezembro de 2013 era de R$99.671 (R$94.537 em 31 de dezembro de 2012).

18. Vendas antecipadas de pacotes turísticos

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo das vendas antecipadas de pacotes turísticos era R$1.079.239 na Controladora (R$794.899 em 31 de dezembro de 2012) e R$1.082.337 no Consolidado (R$ 797.202 em 31 de dezembro de 2012), e é representado por pacotes turísticos vendidos e ainda não utilizados pelos passageiros.

Notas Explicativas

19. Segmento operacional

A Companhia possui um único segmento operacional na atividade de “Intermediação de Turismo”. A Administração da Companhia analisa a receita bruta por linha de negócios sendo: doméstico, internacional e cruzeiros marítimos. As operações estão sediadas substancialmente no Brasil.

As receitas brutas por linha de negócios são as seguintes:

	Consolidado	
	2013	**2012**
Doméstico	**442.898**	422.378
Internacional	**217.176**	216.886
Cruzeiro maritimo	**17.886**	19.150
Outros	**4.531**	4.950
Total	**682.491**	663.364

20. Despesas operacionais

20.1. Despesas Operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2013	**2012**	**2013**	**2012**
Pessoal	**98.296**	110.568	**134.687**	143.058
Serviços de terceiros	**139.235**	166.839	**150.071**	177.525
Taxa de cartão de crédito	**43.065**	42.203	**43.065**	42.203
Depreciação e amortização	**23.397**	10.791	**24.270**	11.467
Despesas de restruturação	**8.033**	-	**8.033**	-
Outros	**3.512**	1.833	**3.828**	2.080
Total	**315.538**	332.234	**363.954**	376.333
Despesas de vendas	**134.812**	126.742	**134.922**	127.038
Despesas gerais e administrativas	**157.329**	194.701	**204.762**	237.828
Depreciação e amortização	**23.397**	10.791	**24.270**	11.467
Total	**315.538**	332.234	**363.954**	376.333

20.2 Outras Despesas Operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2013	**2012**	**2013**	**2012**
Provisão de earn-out (Nota 17.c)	**-**	75.000	**-**	75.000
Provisão para demandas judiciais	**11.025**	9.884	**11.025**	9.884
Outras	**437**	1.341	**664**	1.401
Total	**11.462**	86.225	**11.689**	86.285

Notas Explicativas

21. Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações potenciais.

	31 de dezembro de	
	2013	**2012 (*)**
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	**111.682**	20.112
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o ano (em milhares de ações)	**129.729**	130.581
Lucro por ação – básico (R$)	**0,86**	0,15
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias para o lucro básico por ação (em milhares de ações)	**129.729**	130.581
Efeito da diluição: Pagamento baseado em ações (milhares de ações)	**2.904**	2.531
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias ajustada pelo efeito da diluição (em milhares de ações)	**132.633**	133.112
Lucro por ação – diluído (R$)	**0,84**	0,15

(*) Considera o desdobramento das ações, aprovado em 12 de novembro de 2013, conforme descrito na Nota 15.a, para fins de comparabilidade.

22. Seguros

A Companhia tem como política, manter cobertura de seguros em montantes considerados suficientes pela Administração em face dos riscos que envolvem, entre outros, incêndios, danos materiais e responsabilidade civil.

Tipo	Importância segurada em 31 de dezembro de 2013
Risco civil	168.500
Riscos gerais / cíveis	43.533

Notas Explicativas

23. Eventos subsequentes

Encerramento de oferta pública de ações ordinárias

Em 10 de janeiro de 2014 encerrou-se a oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia, totalizando 33.841.600 ações representativas de aproximadamente 26,09% do capital social da Companhia.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores
CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A.
Santo André - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. em 31 de dezembro de 2013 o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está modificada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado
Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações

financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 4 de fevereiro de 2014.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Anderson Pascoal Constantino
Contador CRC-1SP190451/O-5

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A.

LUIZ EDUARDO FALCO PIRES CORREA, brasileiro, casado, engenheiro, inscrito no CPF/MF sob o n° 052.425.988-75, e portador da cédula de identidade RG n° 6.056.736 SSP/SP, com escritório na cidade de Santo André, Estado de São Paulo, na Rua das Figueiras, n° 501, 8° andar, Bairro Jardim, CEP 09080-370, na qualidade de Diretor Presidente da CVC BRASIL OPERADORA E AGÊNCIA DE VIAGENS S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Santo Andre, Estado do São Paulo, na Rua das Figueiras, nº 501, 8ºandar, CEP 09080-370, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 10.760.260/0001-19 e NIRE 35.300.367.596 ("Companhia"), declara, nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1° do artigo 25 da Instrução CVM n° 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que juntamente com os demais diretores da Companhia (i) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes da Companhia; e (ii) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

LUIZ FERNANDO FOGAÇA, brasileiro, casado, economista, inscrito no CPF/MF sob o n° 116.469.528-20, e portador da cédula de identidade RG n° 13.893.373 SSP/SP, com escritório na cidade de Santo André, Estado de São Paulo, na Rua das Figueiras, n° 501, 8° andar, Bairro Jardim, CEP 09080-370, na qualidade de Diretor Vice Presidente Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores da CVC BRASIL OPERADORA E AGÊNCIA DE VIAGENS S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Santo André, Estado do São Paulo, na Rua das Figueiras, nº 501, 8º andar, CEP 09080-370, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 10.760.260/0001-19 e NIRE 35.300.367.596 ("Companhia"), declara, nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1° do artigo 25 da Instrução CVM n°480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que juntamente com os demais diretores da Companhia (i) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes da Companhia; e (ii) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

ELTON FLÁVIO SILVA DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF/MF sob o n° 174.322.408-76, e portador da cédula de identidade RG n° 20.884.079 SSP/SP, com escritório na cidade de Santo André, Estado de São Paulo, na Rua das Figueiras, n° 501, 8° andar, Bairro Jardim, CEP 09080-370, na qualidade de Diretor Jurídico da CVC BRASIL OPERADORA E AGÊNCIA DE VIAGENS S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Santo Andre, Estado do São Paulo, na Rua das Figueiras, nº 501, 8º andar, CEP 09080-370, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 10.760.260/0001-19 e NIRE 35.300.367.596 ("Companhia"), declara, nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1° do artigo 25 da Instrução CVM n° 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que juntamente com os demais diretores da Companhia (i) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes da Companhia; e (ii) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

MIGUEL MARTINS ALCANTARA JUNIOR, brasileiro, casado, administrador, inscrito no CPF/MF sob o n° 140.021.748-24, e portador da cédula de identidade RG n° 20.748.717-0 SSP/SP, com escritório na cidade de Santo André, Estado de São Paulo, na Rua das Figueiras, n° 501, 8° andar, Bairro Jardim, CEP 09080-370, na qualidade de Diretor de Tecnologia da Informação da CVC BRASIL OPERADORA E AGÊNCIA DE VIAGENS S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Santo Andre, Estado do São Paulo, na Rua das Figueiras, nº 501, 8º andar, CEP 09080-370, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 10.760.260/0001-19 e NIRE 35.300.367.596 ("Companhia"), declara, nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1° do artigo 25 da Instrução CVM n° 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que juntamente com os demais diretores da Companhia (i) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes da Companhia; e (ii) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

VALTER PATRIANI, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF/MF sob o n° 860.625.818-00, e portador da cédula de identidade RG n° 39.001.001-7 SSP/SP, com escritório na cidade de Santo André, Estado de São Paulo, na Rua das Figueiras, n° 501, 8° andar, Bairro Jardim, CEP 09080-370, na qualidade de Diretor Vice Presidente de Produtos e Vendas da CVC BRASIL OPERADORA E AGÊNCIA DE VIAGENS S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Santo Andre, Estado do São Paulo, na Rua das Figueiras, nº 501, 8º andar, CEP 09080-370, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 10.760.260/0001-19 e NIRE 35.300.367.596 ("Companhia"), declara, nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1° do artigo 25 da Instrução CVM n° 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que juntamente com os demais diretores da Companhia (i) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes da Companhia; e (ii) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

ADRIANO GOMES SANTA ANA, brasileiro, casado, teólogo, inscrito no CPF/MF sob o n° 300.236.702-82, e portador da cédula de identidade RG n° 55.298.148-5 IFP/RJ, com escritório na cidade de Santo André, Estado de São Paulo, na Rua das Figueiras, n° 501, 8° andar, Bairro Jardim, CEP 09080-370, na qualidade de Diretor de Operações da CVC BRASIL OPERADORA E AGÊNCIA DE VIAGENS S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Santo Andre, Estado do São Paulo, na Rua das Figueiras, nº 501, 8º andar, CEP 09080-370, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 10.760.260/0001-19 e NIRE 35.300.367.596 ("Companhia"), declara, nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1° do artigo 25 da Instrução CVM n° 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que juntamente com os demais diretores da Companhia (i) reviu, discutiu e concordacom as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes da Companhia; e (ii) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Santo André, 04 de fevereiro de 2014.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A.

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM no 480, de 7 de dezembro de 2009, a Administração declara que revisou, discutiu e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A., referentes ao exercício de 2013 emitido nesta data.

Santo André, 04 de fevereiro de 2014.

Diretoria:
Luiz Fernando Fogaça – Vice Presidente Administrativo Financeiros e de Relações com Investidores